

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

LUIZA LACER DA SILVA

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE:
ANÁLISE SOBRE AS RESPOSTAS DA CATEGORIA REPRESENTATIVA DO
SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA**

Seropédica - RJ
2020

LUIZA LACER DA SILVA

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE:
ANÁLISE SOBRE AS RESPOSTAS DA CATEGORIA REPRESENTATIVA DO
SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Marisol Valencia Orrego
Coorientadora: Dra. Meiryellem Pereira Valentim

Seropédica - RJ
2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

St Silva, Luiza Lacer da , 1998-
O Trabalho dos Assistentes Sociais na
Contemporaneidade: Análise Sobre as Respostas da
Categoria Representativa do Serviço Social no Rio De
Janeiro em Tempos de Contrarreforma / Luiza Lacer da
Silva. - Seropédica, 2020.
69 f.

Orientador: Marisol Valencia Orrego.
Coorientador: Meiryellem Pereira Valentim.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
Social, 2020.

1. Trabalho. 2. Serviço Social. 3. Projeto Ético
Político . I. Orrego, Marisol Valencia , 1977- ,
orient. II. Valentim, Meiryellem Pereira , 1981- ,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LUIZA LACER DA SILVA

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE:
ANÁLISE SOBRE AS RESPOSTAS DA CATEGORIA REPRESENTATIVA DO
SERVIÇO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, 01 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Fabiana Schmidt (Examinador 1)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Me. Maurício Caetano Matias Soares (Examinador 2)
Prof. Subs. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

“As rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.”

Marielle Franco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a vida e ao universo por ter me proporcionado luz para atravessar a jornada deste rio. Posso dizer que quem sou agora é o retrato da melhor versão de mim mesma e isto inclui ser assistente social ruralina.

Logo, dedico essa produção às seguintes pessoas:

A Marisol, *mil gracias*, pelas imensas prosas que trocamos desde sua chegada e por aceitar contribuir nesse processo não só em âmbitos formais que a academia exige como sua orientanda, porém a cada palavra sensível que me proporcionou calma no meio de tantas tensões. Você tem uma energia incrível!

À Meiryellem, coorientadora e amiga, por me cativar neste processo. Você investiu em mim nos detalhes da minha graduação e me ajudou a transformar minhas frustrações do dia a dia em combustível, me orientando para além do momento que aqui escrevo. Sou imensamente grata a tudo! A todos os momentos compartilhados, desde alegria à tristeza. Não tenho dúvidas de que sua amizade é um presente divino.

Sou grata ao Jorge pela parceria que iniciamos desde o início do curso, por ter acreditado em mim e na minha carreira.

Grata a Fabiana pela troca imensurável no dia a dia da CESSS, pela paciência, por cada desabafo, por cada força que buscamos na “salinha” devido diante dos altos e baixos do dia a dia, por ter confiado no meu trabalho e na pessoa que sou. Você somou muitíssimo nessa trajetória.

À minha mãe que tornou o materno em verbo diante de tudo que fez por mim. Obrigada por me erguer, provando conseguir sozinha, fazendo o possível para eu viver. Obrigada por atribuir qualidade nas diferenças, obrigada por cada reza e oração que fez nas madrugadas.

Agradeço aos meus avós, em memória: Ao Paulo, que foi meu avô, melhor amigo e minha figura paterna mais querida. Agradeço a todos os ensinamentos, por me tornar sonhadora assim como você, pelo abraço apertado que eu nunca teria soltado se soubesse de sua partida e a risada mais engraçada do mundo inteiro. Agradeço também a minha vó Marcília por me ensinar que minhas virtudes não são defeitos e que meu lugar de mulher é onde eu tive o impulso de me inserir. Não poderia esquecer de agradecer em memória de uma estrela chamada Leize que, ainda que o tempo de convivência tenha sido tão curto, a memória da sua presença foi um presente gigante.

Agradeço também as pessoas que chamo fielmente de amigos e companheiros, que foram pacientes e trouxeram leveza a tudo, com carinho, em especial a Aninha, Gabi, Mayara, Nathaly, Pedro, Benjamin, Carol (em memória), Julia, Maressa, Mariana, Maria Vitória, Lena, Fabiana, Tia Telma (em memória) e aos meus tios. Vocês foram fundamentais nesse processo.

Ainda, diante da serendipidade dos afetos, agradeço a Maria Eduarda.

À Nathália, amiga e cúmplice na jornada acadêmica que, diante desse processo, nunca me deixou esquecer de onde viemos.

Aos demais... “eles passarão, tu *passarinho*”, os enxerguei com o coração.

Obrigada a todos os técnicos, docentes efetivos e substitutos, terceirizados da UFRRJ e de demais UF's que com afeto tornaram meus dias mais agradáveis. Estamos juntos e a luta continua sempre!

Agradeço especialmente Daniel por ter acreditado na minha carreira acadêmica e ter me dado suporte na graduação acreditando no meu futuro, me incentivando como estagiária e bolsista do ICOSA. Obrigada Elis por ter proporcionado dias maravilhosos no trabalho e ter cativado uma amizade gigante.

Por fim, e não menos importante, agradeço também aos assistentes sociais que fizeram essa pesquisa ser possível, essa jornada é por nossa categoria que luta e resiste.

E não poderia deixar jamais de lembrar dos profissionais que deram suas vidas para estar na defesa dos seus usuários atuando na linha de frente de uma pandemia, vocês são luz.

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de um estudo documental que teve como objetivo analisar o trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade, a priori fundamentando a categoria analítica da ontologia do trabalho sob a perspectiva de Gyorgy Lukács e Karl Marx e a correlacionando com os aspectos do trabalho do assistente social das suas protoformas a contemporaneidade, apreendendo a historicidade da profissão pelas entidades representativas do que a compõe. A metodologia empregada para o trabalho foi fundamentada no estudo referencial bibliográfico acerca da visão ontológica do trabalho, da compreensão sobre os desafios do trabalho, da apreensão documental sobre informações públicas do conselho federal e regional de serviço social que tange a representação e fiscalização do trabalho dos assistentes sociais nas campanhas de gestão em defesa do projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Projeto Ético-Político

ABSTRACT

The present work shows the results from a documental study that aimed to analyze the work of social workers in contemporary times, starting with the argument from an analytical category of the ontology of work from a perspective by Gyorgy Lukács and Karl Marx and correlating it with aspects of the work of social worker from the protoforms until contemporaneity, apprehending the historicity of the profession by the representative groups of which it's composed. The methodology used for the work was based on the bibliographic referential study about the ontological view of work, the understanding of the challenges from work, the documentary apprehension about public information from the federal and regional social service council regarding the representation of the work of social workers management campaigns in defense of the professional ethical-political project.

Keywords: Work; Social Work; Ethical-Political Project

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS - Congresso Brasileiro em Assistência Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselhos Regional de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social

NUCRESS - Núcleos de Base do CRESS

PEP - Projeto Ético-Político

SESSUNE - Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Capa do programa oficial do III CBAS de 1979 | 40 |
| Figura 2 - Intervenção na greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1979 | 49 |
| Figura 3 - Jornal do CRAS março de 1986 | 54 |
| Figura 4 - CFESS frente ao Racismo | 55 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. O Mundo do Trabalho do Assistente Social | 16 |
| 1.1. Compreendendo o Trabalho: Sua Ontologia e o Retrato Atual | 17 |
| 1.2. O Trabalho dos Assistentes Sociais no Brasil: Pensando as Protoformas a Contemporaneidade | 30 |
| 2. Uma aproximação ao Trabalho dos Assistentes Social no Rio de Janeiro | 39 |
| 2.1. Projeto Ético Político Profissional: Uma construção feita a partir das entidades ENESSO, ABEPSS, CFESS/CRESS | 39 |
| 2.2. Perspectiva Representativa da Atuação dos Assistentes Sociais no Rio de Janeiro: Campanhas, Discursos e Produções como Alicerces | 47 |
| 2.3. Desafios Profissionais dos Assistentes Sociais em Tempos de Contrarreforma | 58 |
| Considerações Finais: O Serviço Social no Enfrentamento da Realidade Profissional | 61 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 65 |
| APÊNDICE | 69 |

INTRODUÇÃO

A fomentação da presente pesquisa emerge no curso dos quatro períodos de estágio na Coordenação de Estágio Supervisionado em Serviço Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que atendia usuários como supervisores de campo alocados no mais diversos espaços da Baixada Fluminense e grande Rio, gestores de equipamentos de atuação dos assistentes sociais, discentes do curso de graduação e supervisores acadêmicos.

Durante a experiência juntamente com as proposições nas supervisões acadêmicas, foi reconhecido que o Campo de Estágio é o primeiro contato com a inserção do futuro profissional de Serviço Social no mercado de trabalho. Portanto, se inserir nas instituições onde há um assistente social em atuação é vivenciar diariamente as precarizações do seu trabalho em meio ao desmonte de todo cenário de contrarreforma do Estado.

Desta maneira, a contradição do processo de trabalho caiu diretamente e essencialmente nos olhos dos estudantes de Serviço Social, como também nos dos assistentes sociais ao entender que o momento de estágio supervisionado abre possibilidades para além do aprendizado, mas consequentemente, a obtenção da oxigenação da prática profissional.

Contudo, devido ao cenário epidêmico enfrentado no ano de 2020 e os limites do isolamento social e dos “novos” atravessamentos no cotidiano profissional demandados pela pandemia do Covid-19, o objetivo de desvendar e aprofundar as particularidades territoriais tornou-se insustentável pela impossibilidade de acesso a documentação para fundamentar o estudo.

Ainda que o impulso, a priori, fosse de pesquisar a contemporaneidade do Serviço Social no território aos arredores da Universidade, cujo abarcava majoritariamente os espaços de estágios supervisionados, os questionamentos acerca da precarização e das particularidades do trabalho, das formas de enfrentamento e as respostas da categoria representativa ainda tomavam a centralidade das inquietações do cotidiano dos atendimentos.

Ao recordar da aproximação dos profissionais à Universidade nos espaços de Fórum de Supervisão de Estágio, onde havia como proposta discutir sobre temas postos no cotidiano profissional, as recorrentes perguntas eram: Como é possível fortalecer minha prática profissional? Qual é a importância da categoria representativa

no espaço que se está inserido? Como a categoria profissional tem resistido ao longo da história?

A partir das provocações, foi estruturada a análise do trabalho, como categoria ontológica e o seu retrato contemporâneo, juntamente com os seus rebatimentos no trabalho da categoria profissional do Serviço Social. A compreensão crítica do estudo só foi possível sob à luz de Gyorgy Lukács e Karl Marx, apreendendo cada nuance pelos caminhos da perspectiva teórico metodológica-crítica proposta pelos autores.

No segundo capítulo deste estudo, o debate foca em explorar os documentos do CFESS/CRESS da 7ª região sobre o trabalho dos assistentes sociais identificando nos editoriais, o que tornou necessário indagar acerca dos debates propostos em leituras, estudos e análises contidos na Lei de Diretrizes Curriculares e o Código de Ética Profissional.

Para isso, após traçar a visão ontológica fundamentando a historicidade da problemática, estruturou-se um estudo documental fazendo um levantamento das produções que tinham como foco o aprofundamento da discussão sobre o Projeto Ético-Político Profissional, nos últimos quatro anos da Revista Serviço Social e Sociedade¹ e do jornal que traz as campanhas do CRESS intitulado Práxis – disponível no site do conselho. Em ambos editoriais, procurou capturar os debates acerca da temática Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e das representações propostas pelos sujeitos frente às gestões e campanhas.

Dessa maneira, o estudo foi direcionado então a observar materiais públicos do CRESS para identificar como as entidades representativas se relacionam com os profissionais inscritos e que tem seu registro profissional ativo.

Entende-se que esse trabalho de conclusão de curso tem relevância, sobretudo, em tempos onde os desmontes dos direitos laborais e as condições do trabalho atravessam a categoria profissional, pondo em evidência diversos desafios que demandam respostas dos órgãos representantes dos assistentes sociais em formação, como também os que estão já exercendo a profissão.

¹ No editorial foi utilizado a busca pelas palavras chaves como “precarização do trabalho” e “projeto ético-político”, portanto, entendeu-se a necessidade de trazer em evidência apenas os artigos que tinha foco principal estes assuntos. Os resultados a partir do editorial apresentaram somente um artigo com a ênfase no Projeto Ético Político do Serviço Social, ainda que majoritariamente todos os artigos citavam o assunto, não havia o aprofundamento.

Pondo isso em evidência, considerou-se essencial refletir o trabalho profissional e formas de enfrentamento dessa realidade sob os desafios retratados pelas expressões da questão social.

Em síntese, é esperado que esse estudo fomente o debate acerca da representatividade no interior do Serviço Social e os impactos das campanhas que mobilizem toda a categoria, reavivando a discussão sobre o Projeto Ético-Político em tempos de contrarreforma do Estado.

Em consequência, instiga-se um posicionamento coletivo em defesa dos direitos sociais e da justiça social, demandando, portanto, o destaque do posicionamento como classe trabalhadora em processo de luta com e para seus usuários. Ademais, que possa ser possível através dela abrir novos horizontes sobre os impactos do coletivo representativo nos espaços sócio-ocupacionais.

1. O MUNDO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

“Em cada ato de trabalho já está contida, objetivamente, a transição realizada do mero conhecido para o reconhecido, ainda que não contenha, necessariamente, um espelhamento ideal realmente consciente. Também para o trabalho, e para ele com maior razão, vale a frase de Marx sobre a práxis humana, fundamental para a metodologia histórica: eles não sabem, mas fazem”.

(György Lukács)

À luz do método dialético de Marx, este capítulo inicial tem como objetivo compreender brevemente os aspectos centrais a partir de obras marxianas e marxistas, antes de mergulhar no mundo do trabalho dos assistentes sociais.

A priori, analisar o trabalho em sua ontologia é ter a compreensão da categoria em sua totalidade, contradição e historicidade. Portanto, para compreender o trabalho do assistente social aos moldes da contemporaneidade, visa-se captar a essência do trabalho, a partir de sua forma teleológica, seu rompimento diante do sistema capitalista e os desafios para a categoria dos assistentes sociais.

Para pensar a ontologia, György Lukács², as ontologias tornam-se quase que invisíveis na história pela sutil forma de se perceber ou estudos, os fenômenos ou até mesmo algumas nuances dos objetos acabaram sendo imperceptíveis.

Em seu pensamento, para que esse processo dos estudos das considerações não seja falho, é importante desunir a ideia geral dos fatos das suas considerações centrais para que assim seja possível visualizar a forma como se expressa o fenômeno, isto é, seu movimento sem olhar ou buscar a sua essência nesse primeiro momento.

Ainda para o autor, não é factível garantir uma consideração ontológica do ser social sem procurar o primeiro ponto de partida dos fatos mais simples do cotidiano vivido pelos homens. O exemplo trazido por Lukács como *“só se é possível colher uma amora se ela existir”* expressa que o processo pode ser capturado até nos mais simples acontecimentos do dia a dia. Desse modo, toda projeção de uma ação ou de

² Análise feita de uma parte da obra de Lukács. G. *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social: Questões de Princípios para uma Ontologia Hoje Tornada Possível*, São Paulo, Boitempo, 2010.

um pensamento que tem consequências só é possível garantir seu estágio final caso não seja estruturado e direcionado todo conjunto de ações e acontecimentos que possibilitem sua existência.

Em contrapartida, ainda sob a análise do autor, o cotidiano não permite conhecer totalmente os enigmas ou peças dos componentes de decisões e consequências devido a distorção dos fatos, podendo confundir até mesmo o fenômeno em sua existência.

Por isso, para o filósofo Gyorgy Lukács, a imediatez do cotidiano pode ser um momento que impulse o sujeito para ir além do que o objeto se apresenta somente em sua aparência e, para isto, possibilita aprender e apreender o fenômeno como algo autêntico, inédito e legítimo – ainda que ao mesmo tempo também seja de suma importância uma captura crítica daquilo que pode ter potencial para corromper o que foi capturado e apreendido.

1.1. Compreendendo o Trabalho: Sua Ontologia e o Retrato Atual

Ao pensar o universo do trabalho, é de suma importância frisar seu sujeito central que, sem ele, não existiria a possibilidade de sustentação do sistema social vigente: o trabalhador. Ademais, a essência do capitalismo se dá na esfera da exploração dessa classe – impondo a diferenciação entre os dominados: os trabalhadores, e os dominantes: os capitalistas e sua representação hegemonicamente burguesa.

Ainda que o capitalismo tenha se transformado com o passar da história e encontrando novas formas apropriadas para a acumulação de riquezas e para além dos seus sucessivos lucros, é necessário analisar o trabalhador, porque sem ele não seria possível rodar as engrenagens do sistema, enxergando sua essência a partir da totalidade, a contradição e a mediação – caracterizada pela dialética de Karl Marx (2008).

Assim, para investigar o objeto em questão, aqui definido a priori como o próprio trabalho, o método do materialismo dialético de Marx consiste na análise do sujeito pelo próprio real, melhor dizendo, a partir do estudo do fenômeno em movimento é possível conhecer suas determinações em sua ontologia. Para isso, entende-se então que nenhum fenômeno é apreendido como isolado.

Articulando estas três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação –, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe proporcionou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo de “produção burguesa”, ele nos levou a base necessária, indispensável, para a teoria social. Se, em inúmeros passos do conjunto da sua obra, Marx foi muito além daquele estudo, fornecendo fundamentais determinações acerca de outras das totalidades constitutivas da sociedade burguesa, o fato é que sua teoria social permanece em construção – e, em todos os esforços exitosos operados nesta construção, o que se constata é a fidelidade à perspectiva metodológica que acabamos de esboçar. É nesta fidelidade, aliás, que reside o que, num estudo célebre, Lukács (1974, p. 15) designou como *ortodoxia* em matéria de marxismo. (NETTO, 2011, p.59).

Para estender o presente estudo, de acordo com Mészáros (2009)³, o sistema do capital é – e sempre será irreformável e incontornável. O autor marxista explica a *incontrolabilidade* expondo que o capital não é uma "entidade material" que os proprietários como a burguesia se submeteram ou seriam reféns. Na verdade, é a expressão da relação social entre pessoas que é regida pelo atuar do trabalho, extraindo dos sujeitos o valor excedente daquilo produzido. Contudo, Karl Marx salienta que a problemática não está no que se é produzido, mas sim nos meios de que se produz.

Mas a condição absoluta do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica. (MÉSZÁROS, 2011, p.710)

De acordo com Marx (2008), o capital não se expressa em uma relação simplista, mas sim num complexo processo que avançou para uma sujeição da própria produção ao valor de troca. Portanto, a análise expõe uma necessidade do processo do capital para sua auto constituição circular viciosa e sua auto reprodução.

Ademais, o capital atua de modo que não houve barreiras para seu contínuo curso, como *um tsunami* que não pede licença para os indivíduos na sua venda da força de trabalho ou até mesmo na sua forma de sociabilização. Ademais, é de suma importância compreender que a essência dos fenômenos do capitalismo que se entende como, por exemplo, desigualdade social e luta de classes se caracteriza pelas expressões da “questão social”⁴.

³ Artigo introdutório escrito por Mészáros para a edição em farsi, publicada por exilados iranianos, de seu livro *Beyond Capital* (Além do capital, São Paulo, Boitempo, no prelo). O texto foi publicado, em inglês sob o título “The uncontrollability of globalizing capital” (Monthly Review, fev. 1998) e reproduzido aqui com a permissão do autor. Tradução Alvaro Bianchi, revisão técnica Waldo Mermelstein.

⁴ Para Iamamoto (CARVALHO E IAMAMOTO, 2008, parte II – capítulo I), em sua obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, a “questão social” compreende-se como as expressões do processo de

Essa expressão, resgatando a história do capitalismo e de suas sentenças, salientado por Netto (2011, p. 151) em seu texto sobre as “*Cinco Notas a Propósito da Questão Social*”, tem em sua representação a emersão a partir do pauperismo que, na atualidade, adquire outros moldes e influências.

Caracterizando as manifestações da barbárie após o processo da primeira era da industrialização do capitalismo, no século XVIII na Inglaterra, entre as provocações que a classe operária proporciona socialmente, provocava a diferenciação entre a relação de dominados e dominantes – estampada pela burguesia como a figura detentora dos meios de produção, a “questão social”, por sua vez, era usada por estudiosos e alguns filantropos da época, esboçando naquele momento uma nova dinâmica da pobreza que se generalizou. José Paulo Netto (2001, p. 152-153) esboça esta linha histórica do termo em:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onde industrializante, iniciada em Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação. (NETTO, 2001, p. 152-153).

Em síntese, a questão social se dá pelo conflito e tensão que se dá entre capital e trabalho. É, portanto, exposto também pelos autores Marx (2008), Mészáros (2009) e Netto (2011), a exploração como o principal mecanismo de garantia do sistema capitalista para manter a ordem econômica e societária.

Em contrapartida, a “questão social” não se reduz somente à manifestação íntegra do que se entende como pauperismo⁵ – portanto, o desenho que constitui esse fenômeno é ser a própria composição do modo de produção capitalista.

Não é incomum observar nos livros de história que em períodos anteriores ao capitalismo ou em períodos com características de produção feudal em que a pobreza emitia seu significado pela desigualdade em relação a distribuição dos bens

desenvolvimento da classe operária, e de sua imersão como dominado pela classe capitalista. Para os autores, o fenômeno da “questão social” é a contradição entre o proletariado e a burguesia, cujo a partir deste conflito origina-se outros tipos de intervenção, além da caridade e da repressão.

⁵ De acordo com Netto in Engels (2010, p.30), “entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal pauperismo das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como ‘questão social’ ”.

socialmente. Neste contexto, a classe dominante da época, a quem pertencia, quase sempre, os grandes lotes de terra para produção de alimentos ou criação de animais, ficava com toda ou maior parte do que era produzido socialmente – por meio de captação de impostos ou até mesmo de relação entre servos e vassallos.

Outrora, com o sistema capitalista sob a produção industrial⁶, a pobreza aumenta e se focaliza nas cidades, é extensa e fundamentada na propriedade privada – não somente de bens tangíveis materialmente. O capitalista por sua vez é detentor tanto dos meios de produção quanto da gerência da força de trabalho dos empregados, que para tal fim devem ser trabalhadores livres. Este contexto expressa uma fundamentação da pobreza por estabelecer uma nova forma de produção, já que o trabalho não é realizado para a satisfação das necessidades humanas do trabalhador. Desta forma, Netto (2011, p.152) ressalta que a pobreza, desta forma, se expandia ao mesmo tempo que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

No contexto explicitado por Marx (2008) como a acumulação primitiva, grande parte da população havia sido retirada do campo que o tinha como principal fonte de subsistência, a terra, ou o que se chama de capital fundiário⁷. Isto ocorreu de uma maneira não pacífica, por roubo de terra de grandes partes dos arrendatários e por tensionamentos econômicos locais. Neste retrato, os indivíduos eram obrigados a viver em condições precárias de trabalho no meio fabril, onde havia uma ampla exploração da força dos proletariados.

Os trabalhadores em situação de exploração extrema sem garantias laborais, neste momento, se representavam como um grupo de forte oposição aos donos das fábricas. Eles, por sua vez, ansiavam por respostas sobre seus questionamentos devido às péssimas condições trabalhistas diante da intensa jornada de trabalho. Suas exigências, portanto, começaram a ameaçar a ordem do capital devido às greves e demais movimentos sob os campos de trabalho.

⁶ O período aqui destacado se caracteriza pela segunda fase do sistema capitalista, classificada como Capitalismo Industrial, marcada pelo século XVIII até o século XIX. Este momento foi caracterizado pelo surgimento da Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, com fins de transformar matéria prima em produtos comercializáveis. Isto, portanto, só era possível ocorrer com a utilização de força humana, máquinas e energia.

⁷ Segundo Valencia (2019, no prelo) em *As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social: A Contribuição da Análise Histórico-crítica*, do que tange o Modo de Produção Capitalista, Karl Marx pesquisa como ocorre a inserção dos trabalhadores no processo de produção. Coube ao autor salientar no livro III de *O Capital*, as diferentes propriedades de cada indivíduo: Em primeira, a propriedade da terra; Em segundo, a propriedade dos meios de produção e, em terceiro, a propriedade da força de trabalho. Cada uma delas traz as determinações sobre a renda, no caso do capital fundiário, o lucro que se produz é a renda fundiária.

Vislumbra-se assim que a luta da classe trabalhadora resultou uma necessidade de resposta para os donos fabris, uma vez que os proletários ameaçavam sua produção e seus lucros. Para visualizar o conflito aqui explicitado em sua essência, isto é, o compreendendo a partir do entendimento da “questão social”, seu resultado se traduz como luta de classes que se consolida com os tensionamentos de reivindicação das oito horas de trabalho.

Marx (2008), em relação à lei geral de acumulação do capitalismo, enfatiza que quanto maior o crescimento das camadas mais necessitadas da classe trabalhadora e o exército industrial de reservas que se expressa pelo grande número de desempregados, maior será o pauperismo.

O capital se estrutura, portanto, como o processo que adquire a perspectiva do valor e a qual o determina de acordo com o seu mercado.

Na compreensão da lei geral de acumulação do capital. O capital, que se reparte entre meios de produção e força de trabalho, se explica por Marx (2008)

“A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego.” (MARX, 2008, p. 245)

Não obstante, retoma-se aqui a análise central da categoria trabalho. A ontologia sobrepõe a ideia da atividade produtiva alienada, já comum no cotidiano do trabalhador. Está, em sua essência, conectada à expressão teleológica, isto é, sendo em verdade a ocorrência que se caracteriza pela capacidade humana de transformar a natureza e, em consequência de tal fator e ação, o indivíduo também é transformado na medida em que adquire experiências na prática. Ainda segundo o autor, o ser humano para se desenvolver necessita satisfazer suas necessidades básicas e é, a partir deste fator, que ele adquire suas experiências.

Concomitantemente, na história da humanidade, homens primitivos foram os pioneiros no que se tratava sobre o primeiro sinal de uma organização social que, diferentemente dos animais, poderiam adaptar a natureza às suas próprias necessidades. Frisando tal fator, Mészáros (2009) afirma que diante do processo de trabalho do qual exista ainda troca de experiências com e por meio da natureza, seja

este por força socialmente produtiva, é também permissível requerer instrumentos e conhecimentos para a necessidade humana.

A relação entre humanos e natureza é essencial à humanidade, construindo condições para a reprodução social – esta que se desenvolve no âmbito material, pela representação do capital a partir da mercadoria, como também nas relações entre humanos e seus pares. Para Marilda Iamamoto (2006, p.29), ao citar estudos de Marx, *a produção é uma atividade social*. Portanto, diante da necessidade de produção para atender suas necessidades, a humanidade estabelece uma relação de conhecimento e reconhecimento dos seus pares por meio do contato com a natureza, seja a partir dela ou por ela diretamente.

A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades várias de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, *a produção social é essencialmente histórica*. (IAMAMOTO, 2006, p. 29-30).

Em vista disso, é por meio do processo de idealizar um resultado, projetar ações na natureza e adquirir a experiência a partir dos seus sentidos que o homem se edifica como indivíduo e, por isso, se constrói em ser social.

Segundo Marx (2008), o que antecede a idealização se denomina como objetivação e, seu resultado, é a todo momento a alteração e transformação da realidade para o indivíduo que já não é mais o mesmo que o anterior a todo esse processo. Desta maneira, em síntese proporcionada pelo autor, ao desenvolver o objetivo, o indivíduo também se desenvolve.

A história da humanidade se edifica a partir de determinantes históricos diante do processo de produção e reprodução do capital, melhor dizendo, do modo de produção exploratório do capitalismo. À luz de Marx, Antunes (2015) também expressa que na busca por produzir e reproduzir socialmente por meio do trabalho, o indivíduo aprimora as condições para sua existência e reprodução da vida social.

Vale ressaltar que, o sistema capitalista se sustenta não só da exploração em si, mas de ideologias e outras especificidades, expressadas por meio de valores e demais complexos – não há como pensar a sociedade em sua historicidade e totalidade sem os atravessamentos advindos do capitalismo e sua estrutura para a produção e reprodução das relações sociais que está imersa à mercadoria, a qual representa o capital.

As mercadorias são objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil concreto), que atendem a necessidades sociais; como objetos úteis, de qualidades materiais diferenciadas, são valores de uso. O valor de uso é a própria materialidade do mercado e se realiza no consumo dos objetos úteis. (...) Mas as mercadorias não são apenas valores de uso; são grandezas ou magnitudes sociais que têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano geral e indiferenciado (Trabalho abstrato); são valores enquanto materialização da força humana de trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p.32-33)

Ademais, no sistema vigente, o processo de trabalho se altera devido a razões que separam o trabalhador da sua essência de idealização e projeção daquilo pensado.

Um dos fatores que determinam dita expressão da realidade é a alienação diante do trabalho – expressada, *a priori*, em medida que o trabalhador não se reconhece no produto final daquilo produzido, melhor dizendo, ele é expropriado de todo o processo de construção daquilo que produz com sua força de trabalho, possibilitando somente o capitalista deter o produto final da produção em questão.

Para além do processo de alienação, o sujeito que participa do meio social, tem este trabalho limitado devido as determinações que interioriza em sua vida. Sua relação com a natureza não se define mais no sentido ontológico aqui tratado, do contrário, pois há uma relação onde os meios de produção são fundamentais para a realização da produção e reprodução do produto do trabalho – inserindo o trabalhador apenas em partes fragmentadas da produção, porém, não o possibilitando de participar de todo processo de construção daquilo produzido. Em síntese, o trabalho deste sujeito adquire num processo de uso e desuso a condição de ser trocado por algo distinto ou pela parte daquilo que produziu e mais, de acordo com Karl Marx (2008), com o aumento dos maquinários e tecnologias no cotidiano do trabalhador somado com a divisão do trabalho, os proletários perderam toda sua autonomia naquilo produzido.

Estas alterações, de cunho proposital do capital para seu próprio benefício, possibilitam o controle não só dos modos de produção, mas também a gestão das relações sociais, impondo assim o não reconhecimento como classe trabalhadora⁸. À vista disso, o mundo do trabalho atual perpassa o “chão de fábrica” e sobrepõe a materialização do capital que também impõem a coisificação das relações sociais,

⁸ Badaró (2019), em sua obra *A Classe Trabalhadora de Marx ao nosso tempo*, situa que historiadores e cientistas sociais utilizaram o termo “classe social” para compreender que, aos moldes do século XIX, era-se apropriado para capturar diferentes conformações conflitantes dos indivíduos que trabalhavam que, em decorrer da exploração, não se reconhecia como classe e não utilizava essa definição.

invertendo seus valores. Logo, Marx (2008) afirma que diante dessa condição, a classe trabalhadora é antes de tudo matéria-prima para que ocorra a exploração.

O processo de trabalho, ainda discutido pelo autor no capítulo V da obra *O Capital*, se expressa pela atividade do homem sobre o trabalho que opera, modificando o objeto visando um fim – como foi tratado anteriormente. Logo, o processo de trabalho se materializa no produto e este possui um valor de uso sobre a necessidade humana. No entanto, a valorização do capital é adquirida a partir da excessiva acumulação de mercadorias, tornando o resultado do trabalho não apenas produto necessário para sua existência, como também, para satisfazer prazeres e desejos.

O trabalhador trabalha sob o controle em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (...) Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertence. (MARX, 2008, p. 219).

Segundo Netto (2011), a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista expressou faces complexas, e uma das que mais se destaca neste processo é a burocratização da vida social. Esta burocratização abre espaços para o setor de serviços. Sobre isto o autor afirma que:

(...) a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas stricto sensu, mas todo um largo espectro de operações que, no “setor terciário”, tão-somente vinculam-se a formas de conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio. (NETTO, 2011, p. 23).

Em síntese, o capitalismo monopolista adquiriu moldes para que tudo pudesse ser consumido, aqui pontuado como serviços. E, novamente, com a abertura de espaços para o fenômeno do parasitismo⁹ a partir da monopolização, expande-se às mediações via atividades estatais – como um modo de aprimorar o modo de exploração social.

⁹ O parasitismo é exposto por Netto (2011) como a relação burguesa para se beneficiar da classe dominada, proporcionando-a o gerenciamento de determinadas funções, resultando então mecanismos para a imensa valorização do capital.

Em face do analisado até agora e avançando na compreensão do universo do capital, marca-se o reconhecimento das crises do capitalismo diante do seu desenvolvimento, outros aspectos de sua instabilidade e desequilíbrio entre produção e consumo. No entanto, as crises são fundamentais e necessárias para que o sistema vigente se reorganize, ganhando cada vez mais força dentro do processo de reprodução social.

Na investigação de Marx, a explicação das crises está relacionada com a lei tendencial da queda das taxas de lucro, expressão concreta das contradições do modo capitalista de produção e cuja equação pode ser sinteticamente resumida nos seguintes termos: a produção da mais-valia (quantidade de trabalho excedente materializado em mercadorias e extorquido no processo de trabalho) é apenas o primeiro ato do processo produtivo. O segundo ato é a venda dessas mercadorias que contém mais-valia. Como não são idênticas as condições de produção da mais-valia com as da sua realização, a possibilidade de descompassos entre esses dois momentos cria as bases objetivas para o surgimento de crises. (MOTA, 2009)

Como frisado por Mota (2009, p.2), todo processo de acumulação do capital é afetado quando uma excessiva produção de uma determinada mercadoria ocorre e a consequência ocasiona o não consumo pela população. Para tanto, produzir não é isoladamente base fundante para o capital – é necessário transformar o que foi produzido em dinheiro para que o processo de acumulação siga o curso estruturante de sua existência: de produção, circulação e consumo da mercadoria.

Compreendendo a problemática como crise cíclica do capital, é crucial observar que seus desdobramentos afetam diretamente o modo de produção a fim de buscar soluções para sua superação. Entretanto, em meio a estas buscas, nota-se a contradição que Marx (2008) apresenta ser algo comum do próprio sistema, como sua identidade. Ainda posto por Mota (2009, p.3), as contradições se expressam em:

(...) as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo e criando outras contradições como as existentes entre: 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo. (MOTA, 2009, p.3)

Se é sabido para aqueles que estudam que as relações sociais estão imersas ao capital, as complexidades da crise afetam diretamente a vida dos sujeitos. Traduzindo o quadro desfavorável para o sistema capitalista, a restauração do

processo de acumulação do capital se torna vital. Para a classe trabalhadora, a restauração e reorganização deste processo tem como resultado novos meios de exploração e intensificação de problemáticas sociais e econômicas, como o aumento de desemprego, redução de salários e competitividade entre seus pares, expressando o constante aumento do exército industrial de reservas.

Logo, diante da intensificação das problemáticas decorrentes da alienação, das crises e demais aspectos referidos, a classe trabalhadora demanda para o Estado intervenções, que se traduzem em necessidade das convocações de profissionais ou até mesmo estruturação de políticas para responder e conter os conflitos entre a classe dominada e a dominante.

Entretanto, as ações propostas pelo Estado não saneiam as requisições dos indivíduos e, como consequência desse processo, o próprio sistema capitalista direcionam e apropriam os seus mecanismos para regular a produção material e gerir a força de trabalho. O retrato destas respostas são intervenções privadas em sistemas como o de proteção social, ordens trabalhistas e sindicais, entre outras. O saldo de todas essas ações são então as mediações existentes no capitalismo entre a sociedade e o mercado.

Para visualizar a marcante crise e suas consequências e, exemplificando-se com o contexto capitalista dos anos 1970, os reflexos da crise na sociedade atual. Para Antunes (2015), no denominado período pós-guerra, o cenário mundial era marcado por um crescente aumento de forças produtivas e pela produtividade nas relações de trabalho. Por conseguinte, as economias periféricas absorviam estes processos de produção e reprodução do capital, sendo assim, nomeado por Mota (2009, p.7), como *campo de investimentos produtivos*.

Contudo, posteriormente a onda aparentemente benéfica ao sistema capitalista, suas taxas de lucro começaram a cair. Ainda, segundo Mota (2009, p.8), os créditos externos diante das necessidades de oligopólios internacionais para bases de expansão nos territórios periféricos anteriormente citados, criam uma intensa crise e obriga os países a exportar capitais para o pagamento de empréstimos. O reflexo de tamanha problemática se expressa em sintomas como novas estratégias de acumulação, novos meios de imposição a subordinação desses países reféns aos centrais.

Segundo Antunes (2015, p.224), após os “anos dourados” e a consequência sob a onda de estagnação dos anos anteriores, nos anos 70 o universo

do trabalho no capitalismo contemporâneo retratou uma característica destrutiva no cenário de crise estrutural.

Como conseguinte, tendências universais começaram a se apresentar pelas alterações dos padrões produtivos¹⁰, conhecidos como taylorismo e fordismo, possibilitando flexibilização e desregulamentação na produção que, para Harvey (1993), se identifica como *acumulação flexível*.

Por conseguinte, as tendências de respostas do capital se tornam cada vez mais nefastas para a classe trabalhadora. Estas respostas são, portanto, a expressão da crise estrutural do sistema capitalista que desumanamente impõe padrões que funcionam como uma armadilha para ações que buscam tornar ainda mais os indivíduos como reféns do sistema, proporcionando assim a constante reprodução dessa subordinação.

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, interempresas e interpotências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências. (ANTUNES, 2015, p.225)

Esta crescente destrutividade, frisada por Antunes (2015, p. 225), é a expressão que funciona como base para o capital, como também é o seu retrato mais acentuado sobre a crise estrutural e, pode-se perceber, o *efeito dominó* em seus destroços: se corrompe a força coletiva que trabalham, negligência-se em sequência os direitos sociais, desumaniza-se as relações sociais na sua totalidade promovendo o individualismo, torna-se competitiva a relação entre os trabalhadores, expressa a inversão de valores através do fetichismo da mercadoria.

Ainda de acordo com o autor, a mais brutal revelação das transformações do mundo do trabalho é a progressiva expansão do desemprego estrutural. E, apesar da contraditória relação de redução dos antigos moldes do trabalho, como o que é conhecido como *chão de fábrica*, e a crescente *subproletarização*, há uma maior absorção de indivíduos que não eram integrados no universo do trabalho – como a população jovem que ingressa cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Sendo

¹⁰ Para Antunes (2015), em sua obra *Adeus Trabalho?*, falar de desregulamentação, flexibilização e terceirização é falar de expressões de uma lógica social que o capital é a “coisa” de mais valor, já a força humana de trabalho só é levada em conta como parcela imprescindível para a reprodução desse capital. O porquê deste fenômeno se descreve a partir da incapacidade de realização da autovalorização do capital sem a utilização do trabalho humano. O autor, portanto, descreve que é possível diante dos moldes da reestruturação produtiva reduzir o trabalho vivo, mas jamais poderá extingui-lo.

assim, a classe trabalhadora se torna cada vez mais heterogênea, fragmentada e complexa.

Por fim, há ainda uma outra consequência muito importante, no interior da classe trabalhadora, que tem uma dupla direção: paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação. (ANTUNES, 2015, p. 68)

Para Antunes (2018, p. 26)¹¹, aos moldes do século XXI, os trabalhadores dependem do trabalho para sobreviver e, na busca incessante para atender suas necessidades, acabam se sujeitando a condições precárias e instáveis de contratação, ou até mesmo aceitam posições de informalidade. Para mais, não se pode esquecer que também parte desses trabalhadores vivem diariamente à sombra do desemprego. Desta maneira nota-se que, ainda que no século atual aumente o quantitativo de trabalhadores, há uma imensa redução de empregos.

Em contrapartida, são mantidas relações onde o trabalhador está fadado a abrir mão de seus direitos sociais ou condições anteriormente benéficas de sua vida pessoal para manter o seu sustento.

Em sequência, ainda sob a luz de Antunes, os trabalhadores atuais estão reféns de uma nova criação do capital que recria espaços de trabalho com novas modalidades, como informal, advindos da necessidade do abandono dos direitos sociais garantidos na história – como por exemplo, a legislação trabalhista brasileira. Este trabalho, por sua vez, *precarizado e flexível* exclui um quantitativo majoritário dos trabalhadores de uma remuneração digna para sua sobrevivência

A problemática em si, exposta pelo autor, não salienta somente uma relação onde o trabalho deixa de ser uma atividade vital para o indivíduo, em verdade o trabalhador resume sua vida somente ao trabalho – convertendo suas ações em algo alienante, aprisionado e *unilateralizado*, nas palavras de Antunes.

Para a discussão do trabalho e de sua precarização, não basta apenas salientar as flexibilizações sem tornar visível as novas modalidades no dia a dia. É necessário abrir os olhos para o que está frente a toda população mundial – sob os efeitos da globalização.

¹¹ Na obra de 2018 de Ricardo Antunes, *O Privilégio da Servidão* expõem artigos salientando os moldes do trabalho do século XXI e o trabalhador de serviços, assim como as novas faces do trabalho na era digital.

O avanço das tecnologias nos campos de trabalho refletiu avanços que, por momentos, foram revestidos em novas oportunidades diante das crises expostas a nível midiático como conjunturais – consequências do momento em que se é vivido. A imagem vendida publicamente em escala global, direcionada ao modelo capitalista, é propagar a existência de uma crise finita, que pode ser superada com alternativas o trabalhador pode ser o próprio empregador de si. Antunes (2018), por sua vez, nomeia os trabalhadores do século XXI como *novo proletariado da era digital*, isto é, aquele trabalhador que vai perdendo seus direitos e deve se adaptar a fim de arrumar meios para seu sustento em alternativas como *homeoffice*, *freelancers* digitais, entre outros.

Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, em sua nova morfologia, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas. (ANTUNES, 2018, p.30)

As sensações para os trabalhadores podem ser de vantagens como economia de tempo ao se deslocar até a sede onde realiza atividade já conhecida, autonomia para administrar o tempo de trabalho, entre outros. Contudo, não se pode esquecer da dupla jornada de trabalho, seja ele produtivo e improdutivo, a ser atingida nesses modelos de trabalho, extinção de direitos trabalhistas e seguridade social.

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar *uberização* do trabalho, que se tornou um leitmotiv do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresceu uma nova modalidade laborativa que combina o mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais. (ANTUNES, 2018, p. 35-36)

A *posteriori* do breve panorama da discussão sobre trabalho na sociedade burguesa no modo de produção capitalista, visou-se aqui analisar como o trabalho se expressa para a categoria dos assistentes sociais, seja ele como forma de inserção na divisão social e técnica da reprodução social, explicitado por Marilda lamamoto (2008) ou como uma *práxis*, defendido por Lessa (2012) – ambas em sua essência orientadas pelo método crítico de Karl Marx.

1.2. O Trabalho dos Assistentes Sociais no Brasil: Pensando das Protoformas a Contemporaneidade

Ao começar o estudo sobre o trabalho profissional na contemporaneidade é imprescindível resgatar a memória das protoformas da profissão, a fim de compreender nuances da história do Serviço Social que experimentou seu retrato profissional aos moldes das ações de benesses, caridade e demais ações promovidas pela Igreja Católica juntamente com o Estado e a classe burguesa.

Contudo, não cabe analisar a profissão como uma prática de continuidade a esse processo, entendendo-a como a profissionalização da filantropia – se dando a partir da concretização e continuação das protoformas. De acordo com Netto (2011), pensar dessa forma é salientar uma visão mecanicista e insuficiente. Ainda, segundo o autor, o Serviço Social não é o conjunto de saberes vindos da sua história, é, portanto, a partir das respostas diante da divisão sociotécnica de seu trabalho que o Serviço social adquire atribuições e competências profissionais.

Para isso, Netto (2011) frisa:

Parece claro que esta indicação é absolutamente indispensável para mapear a contextualidade histórico-social que torna possível a emergência do Serviço Social como profissão, efetivamente demarcado, pelo estatuto sócio-ocupacional de que investe, das condutas filantrópicas e assistencialistas que convencionalmente se consideram as suas “protoformas”. Entretanto, se a esta indicação não se seguirem determinações mais precisas, é inevitável o risco de se diluir a particularidade que reveste a emersão profissional do Serviço Social numa interação lassa e frouxa (ou, no inverso, imediata e direta) como exigências e demandas próprias à ordem burguesa – tudo se passando como se, da realidade óbvia da “questão social”, derivasse, automaticamente, a possibilidade (ou a requisição) de um exército profissional com o corte daquele que caracteriza Serviço Social. Nesta via, acaba-se por implicações do desenvolvimento capitalista (a “questão social”) e o aparecimento de uma nova configuração profissional – frequentemente adornando-se esta abstração com uma retórica que apela às lutas de classes. (NETTO, 2011, p. 17-18)

Segundo Netto, para tal, o processo de institucionalização do Serviço Social ocorre no processo das mudanças que acontecem no período que vai do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista devido ao complexo cenário onde as contradições do sistema capitalista se acirraram ainda mais nas relações sociais.

Em cenários de Capitalismo Monopolista, o Estado encontra estratégias para responder aos problemas advindos da contradição entre o capital e o trabalho, como foi estudado aqui no texto de José Paulo Netto (2011). Contudo, a contenção

das nuances advindas da problemática não obtinham sucesso por meio do tratamento como caso de polícia.

A manutenção por ferramentas propostas pelo Estado para dar continuidade ao processo favorável ao capital foi configurada pela legitimação de direitos e demais garantias sociais, podendo ser até mesmo pelas políticas sociais, permitindo um acordo entre as classes.

Para a contenção das manifestações da questão social surgidas no modo de produção capitalista, e pela necessidade da aplicação e de intermediação dos direitos através das políticas sociais, o Serviço Social cumpre a função de reproduzir as lógicas existentes nas relações sociais hegemônicas.

Portanto, por meio do acordo com os trabalhadores, o Estado cria espaços para a sua afirmação política e permeabilidade à classe trabalhadora, uma vez que suas demandas são respondidas – ainda que de modo paliativo. Para Netto (2011), é nesses moldes que a "questão social" se expande e como decorrente de ditas problemáticas, que vão ser contidas por meio das políticas sociais. Essas demandas pelas respostas do Estado para a classe trabalhadora criam o cenário para que então a profissão se insira cada vez mais em espaços de atuação para além dos moldes religiosos.

Deste modo, ainda para Netto (2011, p. 71-72), o Serviço Social se caracteriza como profissão, antes não só apenas o seu conjunto de saberes, pelas respostas que proporcionam a divisão sociotécnica. É importante destacar que essas respostas se expressam pelas atividades perante as intervenções, a organização das suas ações, os objetivos determinados e determinantes para o seu trabalho. A atuação dos assistentes sociais se encontra, desta forma, em espaços como em instituições e instâncias diferentes ou até mesmo parecidas com estruturas religiosas, contudo, devido a sua atuação profissionalizada pela institucionalização da profissão, rompe com as protoformas históricas do Serviço Social.

Ademais, para se entender as condições de trabalho dos assistentes sociais no cenário atual, assim como foi possível compreender a esfera do trabalho, torna-se necessário também observar como a categoria profissional do Serviço Social se expressa no mundo do trabalho na contemporaneidade. Todavia, ao olhar o interior da profissão, é possível deparar com diferentes visões para conceitos que definem o trabalho dos assistentes sociais.

Vale ressaltar que ambos os autores que serão retratados não enfrentam incoerência ou divergência de opiniões, mas diferentes olhares da profissão devido sua análise da prática profissional.

Para iniciar o debate em questão, Marilda lamamoto (2008) deixa claro que o ponto de partida para enxergar o significado social da profissão está em seu debate que nasce na década de 1980. Para ela, sua obra foi incorporada pelos assistentes sociais para compreender a história e fundamentos do Serviço Social, atribuindo a análise da profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

O debate abordado, pela autora, expressa, em sua temporalidade, a proposta de ruptura da hegemonia conservadora teórica da profissão que ocorreu no final da década de 1970 no contexto do Movimento de Reconceituação, entretanto, sua obra foi publicada no início da década seguinte.

Portanto, o Serviço Social é caracterizado por Marilda lamamoto no ano de 1982 na pesquisa realizada com o CELATS (Centro Latino-americano de Trabalho Social) como o trabalho a partir do qual se insere a análise marxiana no Serviço Social como tratado no tópico anterior.

Segundo a autora, o Serviço Social é contribuinte à relação de produção e reprodução da sociedade. Desta maneira, vale ressaltar que o trabalho do assistente social não produz valor, na verdade a produção do valor é por meio do trabalho coletivo. O público alvo atendido pela profissão é a classe trabalhadora e também é ela, que majoritariamente, compõe a categoria profissional, e que, por meio do trabalho, garante sua subsistência e reprodução da força de trabalho. Portanto, não se pode jamais deixar esquecido que a profissão atua no enfrentamento de questões que perpassam a sobrevivência dos indivíduos sob os interesses da classe trabalhadora.

Para além deste fator, o profissional de Serviço Social também se insere nas determinações do mundo do trabalho por ser pertencente à classe trabalhadora. O profissional, como qualquer outro trabalhador, vende sua força de trabalho e se caracteriza por ser um trabalhador assalariado. Seu trabalho, desta forma, possui valor de uso¹², correspondendo assim a uma necessidade social e também, ao mesmo

¹² O valor de uso para Marx (2008) é determinado de acordo com a utilidade e qualidade daquilo para o indivíduo por sua condição, isto é, para a necessidade daquele que a consome.

tempo, possui seu valor de troca¹³ por seu salário. Ainda de acordo com Iamamoto (2008),

O dinheiro que recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo do seu equivalente – o salário ou proventos –, que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 217-218)

O debate acerca do Serviço Social como trabalho se intensificou ainda mais em 1996 na categoria após a aprovação do currículo mínimo para os cursos de bacharel em Serviço Social pela ABEPSS¹⁴ (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Neste período, o trabalho do assistente social se caracterizou para a categoria como uma especialização do que era-se realizado, expondo o trabalho à prática profissional cujo seu objeto de intervenção fosse as múltiplas expressões da questão social.

Os desdobramentos da implementação do currículo pleno alteraram substancialmente o debate no campo da história, teoria e método ao Serviço Social, assim como permitiram avançar na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais. (...) O que está breve retrospectiva nos revela é que os Assistentes Sociais responderam ativamente e de forma fértil aos novos desafios postos pelo novo tempo da sociedade brasileira, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, seja em termos de formação acadêmica, seja em termos do repensar de sua prática, contribuindo decisivamente para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua “cidadania acadêmica”. (IAMAMOTO, 1993, p.103-104)

Além da aprovação do currículo mínimo, para a autora, ainda que a determinação se expressa como um enorme avanço para a base profissional, o

¹³ Ainda por Karl Marx (2008), este é medido pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, melhor dizendo, mede-se pelo tempo de trabalho social exigido para produzi-lo.

¹⁴ Sua criação aconteceu uma década posterior a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil (Escola de Serviço Social da PUC-SP), no ano de 1946. Entretanto, tinha-se o nome de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. No ano de 1979, sua função passa a ser organizar e coordenar o projeto de formação profissional, passando então para o título de Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Já no ano de 1996, ao entender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação de assistente sociais, para além das discussões que direcionavam a profissão a uma tentativa de ruptura, passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O debate crítico na representação da ABEPSS proporcionou a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996 (sendo aprofundada em 1999 pela Comissão de Especialistas). Uma das mais recentes conquistas pela ABEPSS foi a criação e aprovação da Política Nacional de Estágio no ano de 2012.

Serviço Social se apresenta inscrito no processo de trabalho – melhor dizendo, o trabalho profissional não se expressa em moldes diferentes do processo de trabalho dos demais trabalhadores, como uma especificidade, mas sim está inserido no processo de trabalho já estabelecido pelo sistema capitalista, ainda que a instituição que esteja inserido o profissional organize e gerencie o processo de trabalho.

Fundamentando tal afirmação, Marilda Iamamoto (2008) reitera o pensamento de Marx ao dizer que o trabalho é uma atividade do sujeito, portanto, não se define como específico ou próprio de uma profissão.

Em oposição às ideias de Iamamoto (2008), Lessa (2012) afirma que o Serviço Social não pode ser considerado trabalho uma vez que este não transforma a natureza em medida que não há bens materiais para a reprodução social e, sendo assim, não possui mediação indivíduo e natureza. O autor, desta maneira, caracteriza o Serviço Social como profissão atuante nas relações puramente sociais, entre os sujeitos.

Lessa (2012) defende o Serviço Social como práxis e afirma que o estudo de Marx sobre o trabalho em sua visão ontológica não corresponde ao trabalho profissional aqui debatido. Desta maneira, afirma que se deve repensar o trabalho do assistente social porque

Identificaríamos, então, produção e organização; transformaríamos uma relação de necessidade entre esferas distintas da práxis (não há produção sem organização, nem organização que não atenda às necessidades da produção) em uma relação de identidade. Esta identidade é afirmada ou se diluindo a diferença entre trabalho e reprodução ou, então, convertendo todas as práxis sociais em “produtivas”. Qualquer que seja o caso, estamos em um terreno ideológico e filosófico distinto do de Marx. A segunda consequência da identificação entre Serviço Social e trabalho é mais diretamente sociológica e política. Se identificarmos as práxis voltadas à organização da sociedade com a transformação da natureza, ou seja, se identificamos todas as outras formas de práxis (inclusive o Serviço Social) ao trabalho, não nos resta outra alternativa senão identificarmos como trabalhadores todos aqueles que realizam toda e qualquer atividade social. Uma versão um pouco mais restrita, mas nem por isso menos equivocada, é identificar uma classe pela relação de assalariamento: todos os assalariados fariam parte da mesma classe social. (LESSA, 2012, p.78-79).

Portanto, para o autor, ocorreria a extinção de classes sociais se houvesse a confusão de definir práxis sociais como trabalho e, em consequência disso, todos os indivíduos seriam considerados classe trabalhadora.

É importante ressaltar que, para ambas afirmações, a teoria marxiana é o pilar de toda a crítica em questão. Em síntese, a defesa de Lessa (2012) traça a

perspectiva de que o Serviço Social se caracteriza como práxis devido ao seu carácter político e atuante nas relações sociais.

Já para Iamamoto, o Serviço Social está inserido no processo de trabalho do sistema vigente, vivendo as precarizações em escala global que o capitalismo proporciona para os trabalhadores.

Sendo um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso em forma monetária (...). Em decorrência o carácter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil assume as necessidades sociais e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas (...); b), mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro, enquanto trabalho abstrato. (IAMAMOTO, 2008, p. 421)

Para a autora, portanto, ainda que o Serviço Social não desempenhe funções produtivas, há a realização de um trabalho improdutivo – isto é, de forma intelectual, necessitando dessa particularidade da força humana para a realização do trabalho –, assim tendo sua participação no processo de reprodução social como profissão que implementa condições para este processo ser realizado.

Diante das transformações do mundo do trabalho desde a década dos anos 1970 aos dias atuais, o cenário profissional do Serviço Social vem trazendo mutações que refletem em sua carreira e seus espaços sócio ocupacionais.

As precarizações expondo condições alarmantes no trabalho do assistente social ocorre devido a sua comum ocupação de trabalhador assalariado, isto é, as mudanças do mundo do trabalho alcançam escalas globais, independente da categoria profissional inserida e de seus vínculos – ainda que os problemas se expressam de maneiras plurais, trata-se da ausência de direitos, da intensificação da produção, necessidade de resultados imediatos, entre outros.

Para melhor compreensão, torna-se necessário reiterar a subordinação do Serviço Social diante da natureza de seu trabalho – sendo ele não liberal – tendo como elemento na sua atuação a questão social. Deste modo, Guerra (2000, p.18) afirma que a intervenção do assistente social ocorre pela intermediação organizacional de instituições públicas, privadas e ainda em instituições com características e propósitos filantrópicos.

Ademais, o assistente social ainda que tenha sua autonomia relativa para a efetivação de seu trabalho, posto por Iamamoto (2005, p. 63), se insere em um processo de trabalho já estabelecido pelo Estado, ou empresa, ou entidades não

governamentais – que viabiliza para os usuários serviços ou recursos para esta realização. Desta maneira, a demanda profissional difere dos espaços o qual atua – pela funcionalidade ou propósito da instituição, ou até mesmo pela expressão da questão social comum dos indivíduos daquele local.

Portanto, o profissional de Serviço Social encontra-se na condição de trabalhador "livre" destituído de seus meios de produção, proprietário apenas de sua força de trabalho qualificada, que é absorvida no mercado na condição de mercadoria. Ao trocá-la por um salário o profissional concede o seu valor de uso ao empregador, durante uma jornada estabelecida. No decorrer desta jornada deve trabalhar em prol de objetivos estabelecidos pela instituição empregadora, em conformidade com as políticas, diretrizes e recursos da instituição empregadora. Contudo, este trabalho possui também uma dimensão criativa, e certa autonomia, fundamentada em seus preceitos éticos (IAMAMOTO, 2015)

Não se pode esquecer da subordinação das instituições dentro do sistema capitalista, onde sua organização do processo de trabalho já citado no tópico anterior infere sobre a vida de todo trabalhador – ainda que de forma distinta. Portanto, para o assistente social os desafios da sua atuação se expressam pela desqualificação de seu trabalho, pelo desmonte das políticas fundamentais para resposta aos usuários, pela precarização dos espaços institucionais, entre outras condicionalidades.

A conjuntura atual coloca desafios mais complexos ao mundo do trabalho. O assistente como trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho. Meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de jornada de trabalho, funções, atribuições etc.), além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigente. Estas definem o tipo de relação existente entre o profissional e a instituição, bem como determina as atividades/projetos para as quais é contratado, limita a sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio histórico e à capacidade estratégica do profissional (GUERRA, 2008, p. 06)

Não se pode esquecer das complexidades dispostas no cotidiano do trabalhador assalariado que, por vezes, se revelam em ações na contramão do projeto ético político profissional. Ainda que o Serviço Social seja uma profissão legitimada – isto é, pelo conjunto de leis, organização do exercício profissional, ensino superior e capacitação – sua subordinação ao que lhe é requisitado e seu trabalho abstrato é sujeitado a condicionantes sociais que muitas vezes coloca a prova sua autonomia profissional e aos avanços propostos na defesa do projeto profissional.

A compreensão da precarização do trabalho do assistente social se revela num amplo sentido, uma vez que a discussão das condições do trabalho profissional

ultrapassam debates institucionais e atravessam a reflexão de condições de acesso, a inserção ao mercado de trabalho, entre outras infinidades de fatores ao pensar-se nos objetivos do sistema capitalista. Ademais, a majoritária inserção do profissional no setor público evidencia a condição da sua atuação perante as políticas públicas, no que tange a atuação do Serviço Social brasileiro.

Falar sobre as determinações do trabalho do assistente social também pressupõe entender como a profissão intervém nas diferentes manifestações da questão social. Porque no enfrentamento da questão social, em suas mais agudas manifestações, o assistente social depara-se com diversas estratégias que têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que vão ter seus rebatimentos na estruturação e implementação das políticas sociais públicas. (MORANI e HORA, 2015, p. 357-358)

Em marés de defesa da privatização, como estratégia do Estado para a redução da responsabilidade pública diante das necessidades dos indivíduos, os espaços de atuação e as respostas dos profissionais sofrem um grande debilitamento. Entretanto, retoma-se aqui a reflexão das condicionalidades do cotidiano profissional que sofre cada vez mais com os reflexos dos desmontes do Estado.

A subordinação do profissional à instituição empregadora leva-o a exercer suas funções de modo técnico, prático e emergencial – isto é, excluindo possibilidades de planejamento para respostas aos sujeitos. Devido a este fator, torna-se urgente a elaboração de estratégias pautadas na sua autonomia relativa, ainda que os espaços de atuação tensionam cada vez mais os assistentes sociais, para que assim seja expressado nas práticas profissionais a competência teórico-metodológica a fim de enfrentar os conflitos do mundo do trabalho. Para Iamamoto (2015), é de suma importância a tomada de decisão do profissional para ultrapassar a “política institucional do dia-a-dia”, do pragmatismo, “da prática imediata, manipuladora e burocratizada”.

Ao avançar a discussão sobre as adversidades no trabalho profissional do Assistente Social, não é possível esquecer os reflexos do pragmatismo e das práticas imediatistas do trabalho do Serviço Social. Sob as reflexões de Barroco (2011, p. 212-213), seria possível a reatualização do conservadorismo tomar força à medida que intensifica-se a precarização das condições de trabalho, assim como a precarização da formação profissional.

Em decorrência disso, obtém-se o resultado da ausência ou até mesmo o engessamento do preparo técnico e teórico, sendo consequências de uma carência

do debate crítico. O resultado desses fatores, caracterizados pela análise vazia da realidade dos sujeitos, demonstra uma resposta pragmática dos profissionais.

Portanto, vale ressaltar que a categoria profissional não está excluída de ser também alcançada pela alienação, sob violências – estas pela sua forma objetiva e subjetiva – ou, até mesmo pelas palavras de Barroco (2011), sob a influência do medo social e outras formas subjetivas de violência.

Assumir a análise de formas subjetivas de influências no trabalho do assistente social é compreender ações frenéticas de desmonte que se renovam diariamente para a precarização do trabalho – isto é dizer que o fluxo de inovações para a complexidade do processo de trabalho é cotidianamente reestruturado pelo processo de reorganização do capital.

2. UMA APROXIMAÇÃO AO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

A construção deste capítulo contou com três caminhos para a compreensão do trabalho do assistente social no Rio de Janeiro. O primeiro panorama pensou a estruturação do que entende-se como eixo central do Serviço Social: o projeto ético-político profissional, esboçando a importância dos sujeitos e movimentos que compõem a categoria profissional para a sua consolidação.

No segundo momento, apresentou o estudo dos editoriais pelos anos de 2016 a 2020 contando como historicamente o Serviço Social vem debatendo em suas campanhas a importância de erguer juntamente com os movimentos sociais suas bandeiras de luta. O entendimento das discussões foram possíveis serem dimensionados pelo comparativo das campanhas das gestões relatadas frente ao CFESS/CRESS observadas no Jornal Práxis e dos diálogos no editorial Serviço Social & Sociedade a partir das produções acerca do Projeto Ético-Político.

Para concluir o tópico aqui descrito, o terceiro caminho encontrado para a então aproximação do trabalho dos assistentes sociais consistiu em esboçar os principais desafios para a categoria em um cenário de constante avanço da contrarreforma no cotidiano dos profissionais e dos sujeitos – não se atentando apenas aos profissionais correspondentes a “ponta” da profissão, como também aos assistentes sociais que estão frente a formação de futuros profissionais.

2.1. Projeto Ético Político Profissional: Uma construção feita a partir das entidades ENESSO, ABEPSS e CFESS/CRESS

Para construir o debate a partir dos olhares das entidades que constituem desde o processo de formação do Serviço Social, sua pesquisa e o próprio conselho que regula a profissão, tornou-se necessário apreender o que de fato constitui o projeto ético-político da profissão.

Sobre o processo que consolida o projeto ético político Barroco, diz que:

Foi, portanto, na conjuntura sócio-histórica de luta pela conquista do Estado de direito e pela vigência da democracia política que se efetivaram iniciativas coletivas de reflexão e de luta em busca de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora e à crítica ao conservadorismo e suas implicações na vida social e profissional. O conjunto

de mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas que se efetivaram no Serviço Social brasileiro a partir desse período alicerça o que hoje denominamos de projeto ético-político profissional e sintetiza um processo permeado de debates, lutas, conquistas, tensões e desafios. Processo que, por ser histórico, encontra-se aberto às determinações societárias, à dinâmica da luta de classes, à relação entre Estado e sociedade e às possibilidades que emanam das contradições postas na realidade. (BARROCO, 2012, p. 9-10)

Ao estudar a história da profissão, é possível identificar alguns momentos importantes do debate em torno dos aspectos profissionais que acontecem no âmbito das diversas entidades representativas do Serviço Social. Nos congressos que qualificam os debates e discussões da profissão, compreende-se que o processo de constituição e continuidade do projeto ético-político profissional se fincou no processo de decadência da ditadura civil militar brasileira, com o Congresso da Virada – aconteceu no ano de 1979, no mês de setembro, no interior do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (conhecido como CBAS) na cidade de São Paulo. O acontecimento, sendo imprescindível para o fortalecimento nas dimensões técnico-operativas da profissão, foi marcado pelos assistentes sociais ao reconhecerem e assumirem coletivamente a busca pela perspectiva crítica nos debates do Serviço Social.

Figura 1 - Capa do programa oficial do III CBAS (1979).



Fonte: Acervo do CFESS¹⁵.

Vale salientar que a leitura das demandas do cotidiano profissional feitas pela sua imediatividade e a ausência da incorporação dos instrumentos para a superação das expressões da questão social, traz ao Serviço Social impedimentos

¹⁵ Retirado da publicação de 30 anos do Congresso da Virada.

para a conquista da hegemonia crítica no interior da profissão. Ademais, ressaltado no Código de Ética Profissional de 1993, reconhece em seus princípios fundamentais como aparece descrito no seguinte apartado:

(...) VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; (Código de Ética do/a Assistente Social, 2012, p. 24)

Todavia, o direcionamento de ações no interior da profissão diante da sua história, construiu e embasou-se por meio de uma leitura de realidade constituída por um pluralismo histórico a partir das diversas correntes teóricas existentes – incluindo a perspectiva crítica aqui citada, apreendendo o método dialético para leitura da realidade dos indivíduos, a fim de nortear a prática profissional de forma crítica, fundamentada teoricamente.

Essa perspectiva crítica refletiu nos âmbitos regulatórios legais, qualificando as ações profissionais. Barroco (2012, p.9-10) ressalta que a direção política do Serviço Social, certificada aos documentos legais da profissão, é construída por um alicerce de diversos atores, desde os movimentos sociais, movimentos estudantis e até mesmo ao de profissionais constituintes da categoria.

Por um conjunto amplo de mediações, as contradições são apreendidas e (re)construídas, num movimento dialético em que sobressai o entendimento de que formação e exercício profissional com qualidade exigem, entre muitas outras questões, direção política crítica para que o projeto ético-político profissional não se degenere em mera "carta de intenção". Com o aprofundamento e a socialização de diferentes experiências profissionais/acadêmicas, estudantis e militantes, várias gerações de assistentes sociais têm contribuído na construção da direção político-coletiva do Serviço Social brasileiro. São esses sujeitos profissionais, individuais e coletivos que potencializam as contradições e, com análise crítica da realidade, em articulação com outros sujeitos, em determinadas condições objetivas, estabelecem vínculos orgânicos entre a agenda profissional e as lutas por direitos. As entidades nacionais da categoria, notadamente o CFESS com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, no âmbito estudantil, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), destacam-se nesse processo. (BARROCO, 2012, p. 9-10)

Ao olhar para o núcleo do projeto ético-político profissional em questão, entende-se que o processo está no marco da democratização do Brasil no caminho da saída da ditadura, e com a noção da construção de um projeto societário progressista, formando uma base estruturante para um novo projeto societário livre de amarras condicionadas aos sujeitos. Para isso, o coletivo profissional direciona seu

conjunto de ações e determinações profissionais contra formas de engessamento da vida cotidiana opressora.

A condução dos enfrentamentos a partir das ações políticas do cotidiano do Serviço Social apresenta e se materializa nas entidades que compõem a categoria profissional.

Primeiramente, enfatiza-se aqui a importância da categoria coordenadora do movimento estudantil do Serviço Social. A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO)¹⁶, que é uma das entidades que se engaja na luta da profissão, obtendo em seu processo de formação influências sob os enfrentamentos da educação como parte do seu compromisso político.

Por essa maneira, assim como as demais políticas, a educação também está propícia a diversos ataques em tempos de contrarreforma¹⁷. Para esboçar esse fator como um importante momento para a série de decretos que precarizam as políticas sociais, durante do governo de Michel Temer no ano de 2016, foi decretado a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241) que congelava os investimentos em áreas como educação e saúde por um período de 20 anos, determinando assim um limite máximo de investimentos nas áreas de ação.

Além desse principal marco dos diversos cortes da educação, entre os anos de 2014 e 2018 foram reduzidos de R\$11,3 bilhões para R\$4,9 bilhões os investimentos na educação. Abraham Weintraub, ministro da Educação no governo Bolsonaro no ano de 2019 ficou conhecido pela fala "*Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão*

¹⁶ Recordar historicamente as entidades representativas do Serviço Social faz-se necessário apontar o marco do ano de 1993 para o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), que passa de Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A mudança correspondeu a partir de debates do interior do MESS, onde levou a necessidade de sua autonomia perante a UNE. Nesse momento, criou-se a Secretaria de Formação e a Coordenação Nacional de Representação Estudantil da ABESS. A história completa da ENESSO pode ser conferida em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>>

¹⁷ Não basta limitar o conjunto de ações pelo Estado na contemporaneidade apenas como reformas que beneficiaram os direitos sociais, uma vez que sua implementação e defesa atendem a lógica reformista do Estado embasado às demandas do mercado. Segundo Behring (2009), o contexto de crise do capital expõe múltiplos atravessamentos nas políticas sociais que atendem a classe trabalhadora e, consequentemente, as condições do trabalho em que se inserem. Portanto, compreender a contemporaneidade somente por uma série de reformas nas políticas sociais é capturar apenas parte de mudanças feitas pelo Estado sem entender sob qual perspectiva está correspondendo.

verbas reduzidas" estruturou um corte de mais de 30% dos recursos das universidades federais do Brasil¹⁸.

A retaliação dos direitos sociais expressa significativamente cortes imensuráveis na política de educação brasileira, não possibilitando um bom ensino aos estudantes. No que tange a graduação, é necessário defender a tríade que a compõe: pesquisa, extensão e ensino. Sem o acesso das três vias para uma formação de qualidade, fica ainda mais difícil sustentar um direcionamento crítico de uma leitura própria da realidade que a mantém presa a sua superficialidade, limitando a reflexão do cotidiano.

Vale ressaltar que defender o ensino público gratuito e de qualidade é também defender o projeto político profissional do Serviço Social, uma vez que a profissão acredita na educação amparada a um caráter crítico como um direito a todos que, conseqüentemente, qualifica-se a reflexão sobre a realidade dos sujeitos para a atuação profissional de forma ética. Para isso, a entidade da categoria o CFESS/CRESS criou em 2019 uma campanha chamada "*Formação com qualidade é educação com direitos para você!*" *Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética*". A campanha, portanto, tem o objetivo primordial a defesa da formação pela educação, os assistentes sociais ressalvam que a educação deve ser estruturada imprescindivelmente pelo projeto ético-político. Ela prevê um "fórum nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social", a fim de discutir os agravantes que atravessam a educação nos cursos de graduação, pensando também formas de enfrentamentos dos desafios para uma boa formação¹⁹.

É de suma relevância destacar a importância dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, devido às transformações históricas postas no cotidiano profissional e a necessidade de respostas às demandas da classe trabalhadora. O Código de Ética Profissional também dimensiona o direito e a responsabilidade do assistente social para o aprimoramento de forma continuada, garantindo assim a qualidade de respostas nos serviços para e com os seus usuários, como também na formulação e gestão de políticas sociais.

¹⁸ Informações extraídas do posicionamento público do Ministro da Educação no Governo Bolsonaro no ano de 2019. As demais informações podem ser encontradas em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>>.

¹⁹ A informação pode ser acessada em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1568>>.

Código de Ética Profissional: Princípios Fundamentais da Profissão: (...) X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (Código de Ética do/a Assistente Social, 2012, p. 24)

Ademais, para que todo o processo de formação aconteça, o Serviço Social dispõe orientações sobre o ensino nas Diretrizes Curriculares Gerais para os Cursos de Serviço Social (1996, pela ABEPSS) como possibilidade de dinamicidade no currículo dos cursos por oficinas e atividades complementares, apreensão teórica, histórica e metodológica da sociedade a fim de apreender os desafios postos à profissão pela compreensão da totalidade dos fenômenos, promovendo dimensões investigativas e interventivas.

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. (...) Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-político-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação constitutivos da Formação Profissional. (ABEPSS, 1996, p. 8)

De acordo com Ramos (2011, p.115), é somente pela articulação das entidades em seus diversos níveis de formação, tanto os trabalhadores certificados quanto os estudantes, que o Serviço Social vem construindo no seu interior uma cultura politicamente democrática. Ainda de acordo com a autora, esse debate vem sendo o reflexo das discussões propostas em distintos cenários de suma importância para a profissão como o Congresso Brasileiro em Assistência Social (CBAS).

Os eventos promovidos pela categoria profissional estruturam e sintetizam o pensar pelas demandas sociais, indagadas pelas lutas dos movimentos sociais, com o interím da imprescindível relação que tem a profissão ao pensar o trabalho como categoria fundamental e, por isso, na história do Serviço Social, é de suma importância fortalecer os espaços de discussões em âmbitos amplos sob a luz da busca por proposta a fim de fortalecer cada entidade que estrutura e organiza a categoria. Esse

fortalecimento só é possível porque no interior desses debates se estruturam objetivos fundamentais em defesa de um novo projeto societário à defesa dos sujeitos.

Ainda nesse sentido, a proposta que instiga o avanço do debate crítico na profissão pede um olhar para a garantia de qualidade nos cursos de formação dos assistentes sociais, desta maneira, torna-se preciso construir e defender as diretrizes curriculares pois são a espinha dorsal da formação e ensino do Serviço Social; a pesquisa e a extensão que qualificam a formação profissional com a sua compreensão das demandas que atravessam o seu atuar profissional e a fundamentação das suas ações a partir da estrutura teórico-crítica; o posicionamento contrário a precarização e a mercantilização da educação e a garantia da formação continuada para os diversos atores os profissionais.

Para além desse fato, é imprescindível pensar a profissão sem a relação horizontal das frentes representativas (como ENESSO, CFESS/CRESS e ABESS, posteriormente denominada ABEPSS) que a constitui. Uma vez que o debate está diretamente relacionado à defesa dos direitos da classe trabalhadora, a discussão atravessa o projeto ético político – cuja estrutura é a base do fazer profissional.

De acordo com Ramos (2011, p. 117) a estruturação no interior da profissão do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional no ano de 2008 só foi possível a partir do somatório de forças da ENESSO, CFESS e ABEPSS. O principal objetivo do conjunto de ações e mobilizações nas diversas entidades que compõem a categoria acontece devido à imensurável contribuição dos estudantes, sejam eles de graduação ou pós, frente a qualificação do trabalho e formação profissional – todas as entidades em busca da efetivação do projeto ético-político.

Além disso, há a cooperação e a articulação comum entre as entidades a fim de firmar convênios, como por exemplo a articulação entre o CFESS e a ENESSO, com o intuito de contribuir e incentivar a formação dos estudantes representantes que serão futuros profissionais.

O convênio prevê um repasse financeiro do CFESS para a Enesso, com o intuito de custear passagens para viabilizar a presença dos(as) dirigentes da entidade nacional representativa dos(as) estudantes em fóruns do Movimento Estudantil de Serviço Social. Os convênios firmados entre as entidades expressam a solidariedade entre elas na questão financeira, tendo como norte a construção de ações que fortaleçam o projeto ético-político profissional, além de terem propiciado a formalização das atividades, dando

mais transparência e visibilidade para essa relação em torno de projetos comuns. (RAMOS, 2011, p. 118-119).

A identidade do Serviço Social brasileiro traz a vista uma particularidade característica da profissão afirmando a importância dos estudantes para a construção de ações que buscam defender o projeto ético-político. Isso só é possível porque existe o entendimento da força política dos estudantes na estruturação dos debates políticos no interior do Serviço Social, considerando as indagações de futuros profissionais que possivelmente serão introduzidos nas entidades profissionais para além do movimento estudantil, como o próprio CFESS e ABEPSS.

Todo esse empreendimento requisita entidades fortes e representativas para coordenar e integrar o trabalho profissional, o ensino e a pesquisa na área. Entidades pluralistas, capazes de abraçar, no seu interior, diferentes correntes intelectuais e políticas em disputa no âmbito profissional, sem abrir mão dos compromissos ético-políticos que dão norte à profissão. Enfim, entidades legítimas, fruto do amplo envolvimento da categoria na trajetória de suas lutas e na formulação de respostas técnico-políticas às transformações societárias, contribuindo para o redimensionamento da profissão na contemporaneidade. (IAMAMOTO, 2015, p. 148)

Nesse ínterim, o que constitui o projeto ético-político profissional é a aproximação e o compromisso com as classes subalternas. É possível observar no Código de Ética Profissional a expressão do que constitui os valores e princípios profissionais, sob a luz de um novo projeto societário.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. (...) É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Código de Ética do/a Assistente Social, 2012, p. 20-22)

Portanto, é justamente na prática crítica profissional que exala a premissa de que assistentes sociais não são profissionais neutros, são profissionais que atuam frente às expressões da questão social, num processo de luta pela autonomia dos sujeitos, a fim de garantir seus direitos e defender a vida digna a todos.

2.2. Perspectiva Representativa da Atuação dos Assistentes Sociais no Rio de Janeiro: Campanhas, Discursos e Produções como Alicerces

Com o intuito de compreender a correspondência das entidades representativas das categorias da profissão, como CFESS/CRESS, o estudo nesse tópico se fundamenta sob a análise dos debates promovidos no jornal Práxis e as produções publicadas na Revista Serviço Social e Sociedade no período de 2016 até o ano de 2020 que continha como assunto principal o projeto ético-político profissional.

Como orientador da pesquisa documental, os principais questionamentos foram baseados na importância das campanhas promovidas pelo CFESS/CRESS e suas gestões para o momento histórico, a correspondência dos debates nos dois acervos documentais, como o diálogo do editorial vem agregando a forma do trabalho profissional e como a categoria vem se movimentando politicamente e eticamente.

É elementar compreender um pouco mais a fundo a história das publicações advindas do Conselho da profissão e seus objetivos. De acordo com o Jornal Práxis nº100 (p. 16, 2018), a primeira publicação do Conselho ocorreu no ano de 1964, ainda quando o CFESS/CRESS nomeava-se Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), tendo uma característica informativa circular. Já o editorial Serviço Social & Sociedade tem sua primeira edição nos anos de 1979 com o objetivo de problematizar a perspectiva conservadora no processo de ruptura no interior da profissão.

Do que tange o Jornal Práxis, sua primeira edição foi lançada no ano de 1999 com a temática racismo e, seu título contava com a provocação de negação da violência no Brasil. As indagações ocorridas nesse período acerca do preconceito contra raça e cor proporcionaram leis a fim de enfrentar tal violência. As Leis 8.081/1990, 9.459/1997 e 7.716/1999 caracterizam crimes advindos de preconceito de raça e cor e consequência por penas aplicáveis àqueles sujeitos que ferem discriminatoriamente ou de modo preconceituoso aos outros. Ainda na centésima edição, relata-se que as mudanças ocorridas no editorial estavam conectadas ao Conselho. Um exemplo disso foi o documento “A beleza está nas ruas”, da Gestão dos anos 1996-1999, que ressalta ser de suma importância para articulação de estratégias de ações políticas a comunicação coletiva.

Ao aproximar-se aos quatro últimos anos de publicações, os debates acerca da ética profissional e dos posicionamentos políticos do Serviço Social foram retratados, discutidos e expressados em ambos editoriais. O processo no interior da categoria a fim de defender um projeto societário livre das expressões que condicionam os sujeitos a amarras, trouxeram indagações aos espaços de inserção estudantil e profissional com a aproximação aos movimentos e lutas sociais rumando a busca pela justiça social.

De acordo com Duarte (2019, p. 163) as ações críticas de enfrentamento entrelaçadas à formação e ao exercício profissional só ocorrem devido à trajetória sócio-histórica do Serviço Social. Ainda sob à luz da análise da autora, esse processo acontece devido ao acúmulo político e organizativo que possibilita o planejamento de ações para o fortalecimento de lutas e movimentos de resistência na contemporaneidade.

Ao apontar-se esse fator, vale frisar o 45º Encontro Nacional do CFESS/CRESS, último da gestão do triênio 2014-2017 que deliberou uma Campanha nomeada *“Nada a Temer! Assistentes Sociais em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora e Contra os Impactos da Contrarreforma no Trabalho Profissional!”*²⁰. Como de costume, os Encontro Nacionais tem como praxe produzir uma carta sobre temas em defesa dos eixos debatidos. A Carta de Cuiabá²¹ reforçou os enfrentamentos sobre a série de ataques e retrocessos no governo de Michel Temer. No documento, foi chamado atenção sobre as problemáticas e indignação pelos retrocessos na economia, no âmbito social e político. Apontado também sobre diversos cortes que proporcionaram uma série desmontes dos direitos da classe trabalhadora, como por exemplo na seguridade social. Com o objetivo de mobilizar a categoria profissional para discutir sobre o retrato da contrarreforma daquele governo, promovendo discussões sobre os atravessamentos no trabalho profissional junto à população usuária.

Na estrutura da reflexão posta ao Serviço Social, ainda que inserido em contradições colocadas ao cotidiano profissional, a perspectiva da ruptura com o conservadorismo em sua história trouxe o saldo provocativo sobre a construção do

²⁰ A Campanha e todo o evento pode ser acessado em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1309>>

²¹ A Carta de Cuiabá pode ser acessada e lida na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/45EncontroCfessCress-CartaDeCuiaba-2016.pdf>>.

Projeto Ético-Político Profissional construído por entidades representativas relatadas no tópico anterior.

Em virtude disso, no ano de 2016, a Campanha “80 anos do Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil”²² traz o resgate da memória das transformações ocorridas na profissão desde a sua existência. Dito isso, a campanha apontou a fomentação da profissão pela redemocratização do país, adotando os valores sociais para seu Código de Ética a fim de combater a injustiça social posta no cotidiano para além do profissional. A ação de adotar aos princípios da profissão a repulsa sobre toda forma de opressão não ocorre de modo superficial, muito menos pelo que entende-se como um simples abraço, mas, em verdade, como uma construção de luta conjunta histórica da profissão socialmente inscrita.

No Jornal Práxis, no nº87 do ano de 2016, sob o contexto da mesma Campanha, na paginação correspondente a voz direta da opinião da gestão, frisa-se que foi a partir do amadurecimento político em solo brasileiro que materializou-se as respostas históricas da profissão que hoje refletem uma série de conquistas, direitos e compromissos profissionais. Um grande exemplo para a correspondência do período histórico às demandas da profissão é, novamente, o Congresso da Virada em 1979 onde ocorreu em São Paulo em um período de explosão do movimento operário no ABC paulista.

Figura 2 - Intervenção na greve dos metalúrgicos do ABC paulista (4 de março de 1979).



Fonte: Fernando Pereira, CPDOC-JB. Retirado da publicação de 30 anos do Congresso da Virada.

²² 80 anos do Serviço Social e campanha feita pela entidade CFESS/CRESS acessada em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1254>>

A perspectiva adotada a partir desse momento pelo Serviço Social era a não correspondência a ordem ditatorial, chamada por Netto (1998) de autocracia burguesa, e sim no fortalecimento juntamente com a luta dos trabalhadores assim como abarcado e introduzido na reformulação do Código de Ética para o ano de 1986, inserindo os assistentes sociais no compromisso com as lutas da classe trabalhadora que, a posteriori, foi novamente reformulado em 1993 com contribuições na recusa às formas de exploração e opressão aos indivíduos. Para o editorial, desde então a categoria profissional se inscreveu nas lutas sociais a fim de colaborar com a garantia e expansão dos direitos sociais, como também somar a criação e gestão de políticas sociais que atendam a classe trabalhadora. Em contrapartida, a categoria questiona como os avanços pela soma de forças na luta dos trabalhadores ainda não nos proporcionou a superação da condição social mesmo com a inserção de indivíduos em espaços de participação democrática de direitos. O questionamento nesta edição propõe a categoria pensar como os fenômenos histórico-sociais tensionam o atuar profissional a absorver as demandas do Estado ou como as instituições têm contribuído para apassivar as lutas da classe trabalhadora. Ainda nesse ínterim

(...) As respostas estão, no momento, em aberto. Sabemos, entretanto, que a posição ético-política que caracterizou nossa categoria nas últimas décadas é marcada pelo movimento da história, e que mantê-la terá de passar, no cenário de profundas mudanças sociais que ora vivemos, por transformações que caberá a nós, em conjunto com os demais setores da classe trabalhadora, descobrir e operar. (CFESS/CRESS, p-2, 2016).

Já no ano de 2017, o conjunto CFESS/CRESS desenvolveu a campanha *“Na luta de classes não há empate”*²³, após aprovação no 45º Encontro Nacional CFESS-CRESS no ano anterior, que reitera o compromisso do Serviço Social brasileiro na defesa da democracia e dos direitos sociais. A campanha lançada no dia do assistente social, 15 de maio, enfatizou a recorrente criminalização das lutas sociais que foram intensificadas ainda mais por governos que colaboraram para a concretização de desmontes sociais imensuráveis. O Conselho Regional reforça que uma série de ataques acontecem diariamente àqueles que são beneficiados com políticas sociais de um Estado que abre cada vez mais portas para materializar as demandas do Capital. De acordo com Maurílio Matos (2017), presidente do CRESS, da gestão correspondente ao triênio 2014-2017

²³ Uma visão geral da Campanha foi publicada em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1340>>.

Nosso trabalho não se desenvolve de forma neutra no contexto de uma sociedade de classes, que cotidianamente penaliza a população com a desigualdade social, e em um país cujo ajuste estrutural do Estado resvala contra os direitos sociais conquistados por trabalhadores e trabalhadoras. Os princípios construídos pela profissão se materializam no cotidiano pelo reconhecimento de que temos um lado e de que, na sociedade de classes, não há empate. Ninguém conscientiza ninguém, mas, num país como o Brasil, em que a mídia está na mão da classe dominante, é importante que assistentes sociais, no seu cotidiano e no atendimento direto, prestem informações, por exemplo, sobre a proposta nefasta da reforma da previdência, uma vez que os telejornais não vêm informando a verdade. (CFESS, 2017)

Apropriando o debate para o trabalho profissional relatado no *Jornal Práxis*, é fundamental resgatar as batalhas históricas da profissão e os enfrentamentos construídos coletivamente a fim de superar o conservadorismo no interior da profissão. As transformações do trabalho profissional retratadas no editorial resgatam como o Serviço Social afasta o caráter assistencialista pelos avanços diante das conquistas e reformulações aqui descritas em âmbitos legais da profissão.

No *Jornal Práxis* nº 100 (2016, p. 4-5) conta com a história da conselheira do CRESS-RJ Sílvia Dabdab que se graduou no ano de 1975 e atuou na Legião Brasileira de Assistência (LBA) – criada com o intuito de auxiliar familiares de soldados em meios de Segunda Guerra Mundial.

Sílvia Dabdab ressaltou que no espaço onde estava inserida, os desafios diante da transição entre o conservadorismo e supostas novas propostas e vertentes do Serviço Social trazia certos conflitos com colegas de trabalho, que estranharam sua forma de enxergar o assistente social como profissional pertencente a classe trabalhadora. Chega-se a citar como, por entrar em concordância a um projeto crítico, essa profissional era referenciada como uma pessoa que havia sido "proletarizada".

Nós pegamos um momento de transição entre o conservadorismo e uma nova proposta para o Serviço Social. Uma vez uma amiga me disse 'Sílvia, você se proletarizou'. Quer dizer, nós começamos a nos entender como classe trabalhadora. Participávamos tanto do trabalho institucional quanto do sindicato dos assistentes sociais. Fazíamos movimentação dentro e fora da instituição", relembra Sílvia. (...) No início da década de 1980, com o enfraquecimento da ditadura, a militância no sindicato de assistentes sociais e a organização política à esquerda deram o mote da condução na luta por uma política de assistência social que não ficasse puramente à mercê de interesses estranhos ao projeto ético-político que então começava a se desenhar em nossa profissão. (CFESS/CRESS, 2016, p.4-5).

Compreende, dessa maneira, que a história do Serviço Social está em constante movimento de construção. Não deve-se engessar os acontecimentos no interior da profissão como o resgate à lembrança daquilo que se faz presente, mas do

que não se pode ser esquecido para não cair em perspectivas moralizadoras. As indagações dos sujeitos se tornam cada vez mais próprias pelas novas formas de violência advindas do Estado e a categoria do Serviço Social se opõe à neutralidade, levantando contra as formas de preconceitos e formas de opressão.

Para isso aproximar esse apontamento a questões latentes enfrentadas pelos movimentos sociais, recorda-se as diversas emissões e apontamentos após ataques enfrentados por diversos movimentos sociais, como por exemplo no ano de 2017 quando o Conselho veio a pública expressar o seu desacordo com a liminar aprovada no dia 15 de setembro do presente ano, na 14ª Vara do Distrito Federal que flexibilizava a Resolução de número 001/99 do Conselho Federal de Psicologia. O Conselho Regional do Serviço Social do Rio de Janeiro emitiu uma nota em seu site a fim de protestar sua discordância com tal perspectiva sob a possibilidade da realização de terapias de “reversão da homossexualidade” ou “reorientação sexual” – a proposta de flexibilização abria portas para a condução da interpretação de que a homossexualidade seria uma doença com possibilidade de cura, desse modo sendo conhecida como “cura gay”²⁴. Do que tange aos assistentes sociais, o CFESS/CRESS-RJ destaca

No âmbito do Serviço Social, O Código de Ética do/da Assistente Social tem como princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade como valor ético central; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; a defesa intransigente dos Direitos Humanos; e o exercício da profissão sem ser discriminado/a nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Movidas/os por estes princípios, o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais vêm orientando o exercício profissional de assistentes sociais com fins à defesa dos direitos dos usuários/as dos serviços por eles/elas prestados (cuja população LGBT faz parte) em todas as esferas, públicas e privadas. Destacamos: a “Campanha Assistente Social na Luta contra o preconceito – o Amor fala Todas as Línguas” de 2006 e a Resolução CFESS nº 489/2006 que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação sexual de pessoas do mesmo sexo, na qual dispõe em seu art. 4 ser vedado ao assistente social “a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à orientação sexual”. Neste sentido, afiançamos nossa solidariedade ao

²⁴ De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, a liminar trazia uma proposta advinda de um grupo específico de psicólogos que acreditava em tal prática, contudo, ainda exposto pelo Conselho, a prática de uma reversão da sexualidade não está pautada ou embasada em nenhum estudo científico já que não há cura sobre o que não é de fato uma enfermidade e, dessa maneira, essas práticas feriram diretamente os direitos humanos. Para mais informações a respeito do posicionamento do Serviço Social em interdisciplinaridade com a Psicologia, acesse: <<https://www.cressrj.org.br/destaques/nota-de-descordo-do-cress-rj-sobre-a-liminar-da-cura-gay/>>.

Conselho Federal de Psicologia e a todas as pessoas LGBT, reafirmando o compromisso do Serviço Social com uma sociedade mais justa, igualitária e livre de toda e qualquer forma de preconceito e opressão. (CFESS. Gestão “Não temos tempo de temer”, 2017).

Ademais, os aspectos para a dimensão associada aos movimentos sociais da categoria agrega diretamente a identidade dos Conselhos, principalmente de suas gestões.

O estudo dos Jornais Práxis nos anos de 2016 a 2020 possibilitaram acompanhar o aspecto identitário de três gestões. A que representou propriamente o fim do triênio 2014-2017 na sede central do Conselho intitulada como “*Contra a Corrente: A Luta Continua*”, correspondente aos editoriais dos anos de 2016, foi formada pelos profissionais Rodrigo Silva Lima (presidente), Denise Nicacio Pereira (vice-presidente), Carlos Felipe Nunes Moreira (1º secretário), Márcia Denise de Canena (2ª secretária), Carolina Cruz da Silva (1ª tesoureira) e Mônica Simone Pereira Olivar (2ª tesoureira). Em seu núcleo Fiscal, contavam com a representação Vanessa Bezerra de Souza (presidente), Christiane dos Passos Guimarães (1ª vogal) e Nelson Félix Lima Neto (2ª vogal).

As propostas²⁵ da gestão foram orientadas a fim de priorizar a orientação dos profissionais com o intuito de prevenir violações éticas, promover debater sobre o sigilo profissional. Para somar a esses aspectos, as propostas desse triênio também contaram com a fomentação da dimensão pedagógica sobre a Política Nacional de Fiscalização para instigar a criação e desenvolvimento de projetos de intervenção profissional nos espaços do trabalho embasados no projeto ético-político profissional. Somando as principais propostas, busca-se a ampliação das organizações sindicais dos assistentes sociais, somando as principais propostas, busca-se a ampliação das organizações sindicais dos assistentes sociais. Nesse contexto, a gestão trouxe também como proposta a permanência na luta para a garantia do cumprimento da Lei das 30h de trabalho, que limita o trabalho do assistente social a carga horária a o máximo de 30h semanais.

Portanto, nos editoriais do Jornal Práxis dos anos de 2016 foram encontrados em sua maior parte produções que tratavam diretamente do direcionamento do trabalho profissional estruturado de forma ética, aproximando aos

²⁵ Todas as propostas organizadas por eixos da Gestão “*Contra a Corrente: A Luta Continua*” 2014-2017 podem ser encontradas em: <<https://chapacressrj2014.wordpress.com/>>

debates sobre a história da profissão onde, neste ano, comemorou 80 anos de existência. O resgate proposto contou com o relato de assistentes sociais vinculados ao conselho que ocuparam espaço de atuação profissional que hoje possuem uma perspectiva distinta de seu passado. Para somar com esse resgate, contou a presença de diversos documentos contidos como memória nos acervos do CFESS/CRESS.

Figura 3 - Jornal do CRAS março de 1986, p 6.



Fonte: Acervo CFESS/CRESS. Retirados do Jornal Práxis 087 de 2016

A Gestão "*Não Temos Tempo de Temer*" representativa ao triênio 2017-2020, em zona central, se constrói a partir dos assistentes sociais: Dácia Teles (presidente), Nelson Felix (vice-presidente), Simone Lessa (1ª secretária), Fábio Simas (2ª secretário), Luciana Teixeira (1ª tesoureira) e Mariana Setúbal (2ª tesoureira). Em seu eixo fiscal, teve como membros Janaína Bilate (presidente), Jussara Ferreira (1ª vogal) e Natália Figueiredo (2ª vogal). Vale ressaltar a presença de nove membros suplentes²⁶ no interior da gestão que trouxeram contribuições imensuráveis para a categoria enquanto entidade estruturante representativa.

Suas propostas²⁷ se firmam pela continuidade da articulação política entre a sede do CFESS/CRESS com as zonas seccionais e seus núcleos, pôs a continuidade sobre a soma de forças das entidades da categorias e sociedade civil na busca de orientar o exercício profissional, defender e proporcionar debates acerca do direito ao sigilo profissional, aproximar o Conselhos dos futuros profissionais por via das instituições de formação, instigar a formação permanente dos profissionais

²⁶ Para esse momento, os suplentes foram: Nathália Carlos, Luciane Amaral, Carla Diniz, Sílvia Ribeiro, Paulo Faleiro, Camilla Muniz, Mônica Olivar, Malu Vale e Charles Vieira.

²⁷ As informações sobre a chapa, sua formação e eixos estão em: <<https://naotemostempodetem.wixsite.com/chapacressrj>>.

principalmente àqueles que estão frente a gestão de políticas sociais, trazer diálogos no interior da categoria para discussão das diversas modalidades de expressão do racismo na sociedade e revigorar a comunicação do Conselho com demais segmentos sociais.

O cumprimento da proposta a fim de discutir sobre o racismo e suas diversas formas fomentou a criação da Campanha no ano de 2018 intitulada como “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” que debateu sobre o racismo no cotidiano, seja pelos atendimentos ou pela vivência de estudantes e profissionais.

Figura 4 - CFESS frente ao Racismo²⁸



Fonte: Foto de Rafael Lopes/CRESS-RJ retirado do site CFESS/CRESS

O CFESS estruturou sua Campanha por uma série de atividades para os profissionais discutirem a temática em seus espaços sócio-ocupacionais. No dia 19 de novembro, anterior ao dia da consciência negra, reuniram-se no centro do Rio de Janeiro assistentes sociais e discentes do curso de Serviço Social fundamentando o debate sobre discriminação. Os profissionais de base expandiram o debate para as pessoas que passavam no local, trazendo a discussão à tona.

A abordagem com a população foi possível não só pelo diálogo, mas por via de panfletos e informações de dados sobre os muros enfrentados pela população negra no Brasil, diante do racismo e suas diversas formas. Além disso, a estrutura

²⁸ Na foto apresenta a presidente do CFESS Josiane Soares falando juntamente com a Dácia Teles, presidente do CRESS-RJ. A Campanha pode ser acessada em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1522>>

pública da campanha estava contando com a presença de movimentos sociais para a valorização da cultura negra. O CFESS reitera o evento da Campanha:

Nessa tenda ocorreram também várias outras atividades, como uma aula pública sobre o racismo no Brasil, com a assistente social da Fiocruz Roseli Rocha, autora do caderno Racismo, da série Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito, falas das entidades representativas do Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS e Abepss), de representantes do movimento negro, entre outras pessoas, bem como ações para valorização da cultura negra, como uma apresentação do grupo Filhas de Ghandy, que desenvolve atividades culturais e educacionais com foco na valorização das culturas de matriz africana, e uma oficina de turbante. Estudantes de Serviço Social também marcaram presença na atividade. (CFESS/CRESS, 2018)

Para finalizar a síntese proposta neste tópico, no ano de 2020 a gestão chamada *“Quem Cede a Vez Não Quer Vitória”* tomou posse da organização CFESS/CRESS. Sua composição de assistente sociais é formada por Luciane Barbosa do Amaral Rangel (presidenta), Ana Paula Cardoso da Silva (vice-presidenta), Márcia Nogueira da Silva (1ª secretária), Natalia Figueiredo da Silva Lizcano (2ª secretária), Jussara de Lima Ferreira (1ª tesoureira) e Renata Martins de Freitas (2ª tesoureira). O seu viés Fiscal foi estruturado por: Ana Paula Faria Baião, Silvia Maria Ribeiro e Jussara Francisca de Assis dos Santos. Contou também com a colaboração dos nove suplentes²⁹ na união das forças vinculadas ao Conselho.

A gestão estabeleceu e estabelece uma estrutura de luta frente às políticas sociais e a precarização do trabalho dos assistentes sociais. É reconhecido pelo grupo também a necessidade de resposta distante de muitos dilemas no interior da profissão, assim como nos espaços sócio-ocupacionais, frente aos ataques do cotidiano da classe trabalhadora.

Neste ano, um retrato único foi posto como enfrentamento mundial as indivíduos – a Pandemia pela Covid-19³⁰. O vírus demandou em escala global mudanças em diversos âmbitos da vida dos sujeitos, desde cuidados com a saúde, jornadas de trabalho e vida social.

²⁹ Os suplentes nessa gestão são: Maria Aparecida Evangelista do Nascimento, Ana Paula Procópio da Silva, Gleydson Felipe Duque de Paiva, Marcella de Azevedo Pinto, Janaina Bilate Martins, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Isis Pontes Villa de Carvalho, Thais Lisboa Soares e Roseni de Souza Lana.

³⁰ No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou mundialmente, diante dos casos de fácil propagação do vírus da Covid-19, o quadro de Pandemia mundial. Mais informações sobre a declaração da OMS encontra-se em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>>.

A última produção da Jornal Práxis de nº104 contou com diversos aspectos sobre a importância do trabalho do assistente social frente à pandemia, uma vez que seus aspectos fomentam de maneira gigante as expressões da questão social.

A entidade representativa mostra como o trabalho profissional descrito nas mídias do CRESS agora salienta novas faces frente ao contexto pandêmico. Diante dos questionamentos dos assistentes sociais em seus campos de atuação, as solicitações por atendimentos tiveram um grande crescimento nas perguntas sobre a ação profissional. Ainda que o cenário seja inédito para todos, coube a categoria apresentar que o enfrentamento está sendo reduzido ao que já se é conhecido do cotidiano dos atendimentos, mas sim construir demais vias e perspectivas para responder às demandas dos profissionais e dos usuários.

“Se você tem uma pandemia mundial que te impede de se locomover, que impacta diretamente na sua forma de exercer seu trabalho, na sua forma de consumir, estamos falando que a vida pauta a economia, e não ao contrário.”
(TAINÁ DE PAULA apud. CFESS/CRESS, 2020, p. 13)

Devido a esse fator, sendo a gestão anterior caracterizada pela fomentação do combate ao racismo na estrutura da sociedade brasileira, a atual também prosseguiu com esse debate compreendendo como as violências postas na pandemia ganham ainda mais forças. Para isso, o último editorial teve também publicações sobre os impactos da pandemia, para além do quesito raça e cor, na violência contra a mulher, na falsa dicotomia entre economia e direito à vida, como também a configuração do trabalho remoto devido ao distanciamento social.

Levando-se em consideração os aspectos entre as faces das gestões, das campanhas propostas por cada uma e publicizadas nos editoriais, o retrato do projeto ético-político profissional traça o direcionamento de uma profissão pertencente a classe trabalhadora reconhecendo a necessidade de se colocar nas mídias para expor a identidade de um Serviço Social crítico – disposto a quebrar barreiras para ultrapassar os aspectos possíveis ao engessamento da profissão à uma perspectiva que não a cabe mais. Embasar o projeto profissional nos interesses da classe trabalhadora não faz a profissão adquirir apenas e somente seu caráter de profissionais dispostos a construir junto aos usuário uma sociedade justa e equitária, mas também traz o reconhecimento de uma categoria pertencente a classe trabalhadora que luta pelos seus direitos, pondo-se a dar voz e representar os sujeitos que a compõe em outros em espaços como o Conselho profissional.

2.3. Desafios Profissionais dos Assistentes Sociais em Tempos de Contrarreforma

Após a compreensão da importância das campanhas para a categoria profissional sob a luz das produções dos editoriais, visa-se construir neste tópico um estudo breve sobre os desafios postos pelos profissionais em tempos de uma barbárie que agrava ainda mais as expressões da questão social. No primeiro capítulo da pesquisa foi possível dimensionar e compreender os aspectos do trabalho, nas suas faces e jornadas, como também a apreensão mais próxima se tratando do Serviço Social. Dessa maneira, o objetivo de discussão nesse espaço está entrelaçado aos profissionais da ponta, como popularmente se é conhecido, como também aos profissionais inseridos em espaços acadêmicos frente a formação de futuros assistentes sociais.

O Serviço Social teve um grande avanço, como já pontuado, após seu projeto de ruptura da perspectiva do conservadorismo no interior da profissão, assim como nas práticas dos profissionais. Ainda que esse movimento tenha se alimentado de um momento quando a sociedade brasileira estava vivendo a decadência da ditadura civil-militar e da fomentação das lutas de classes pelos movimentos sociais, foi um processo de muito esforço no interior dos seus debates para então ocorrer, no início dos anos 80, o reconhecimento da profissão como pertencente a classe trabalhadora.

Ainda nesse ínterim, na profissão havia assistentes sociais que corroboravam com a perspectiva conservadora que tem introjetado o caráter moralizador com os usuários e, diante dos debates e das discussões, já não cabia mais a categoria ser representada em suas entidades por faces que não correspondiam ao projeto profissional que estava sendo construído. Salientando os aspectos da década de 1980 no Serviço Social para Abramides (2017),

Esse movimento, iniciado nos anos 1980, tem até o final da década uma direção renovada na perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Ocorre também no plano da formação profissional um movimento progressista que irá definir o projeto de profissão, a partir do legado marxiano e da tradição marxista que tem, na teoria social de Marx, a perspectiva da totalidade em que o trabalho é reafirmado como categoria fundante do ser social, acrescida da articulação política com os estudantes por meio de sua representação, a Enesso. (ABRAMIDES, 2017, p. 382-383)

Essa trajetória posta ao avanço do Serviço Social para a construção e consolidação do seu Projeto Ético-Político possibilitou a expansão do acervo acerca da dimensão teórico-metodológica, assim como ético-política que são a espinha dorsal da perspectiva da teoria social crítica, estruturando os objetivos de fundamentar uma nova ordem social para superar a opressora que condiciona os sujeitos a violências imensuráveis. Para Matias e Nóbrega (2017, p. 108),

Logo, na perspectiva de rompimento com o conservadorismo persistente desde a emergência do Serviço Social, o humanismo, a radicalidade democrática e a internacionalização das lutas sociais fundamentam, medeia e articula (sob condições históricas precisas) as relação entre realidade e a profissão (MOTA; AMARAL, 2014 apud. MATIAS; NÓBREGA, 2017).

Para estruturar em um modo onde finca-se uma base crítica no interior do Serviço Social, é imprescindível pensar na formação profissional em moldes do marxismo para orientar suas reflexões pelo método teórico crítico social. É justamente no ideário profissional que se coloca proposto que apreende-se a realidade dos sujeitos pela sua totalidade, pela historicidade e também pela contradição do sistema.

Estar inserido nos espaços de formação que competem ao Serviço Social é estar em constante revisão da sua história e sua perspectiva de hegemonia da teoria crítica, estruturando cada vez mais a organização política profissional. Por isso, torna-se de suma importância estruturar estudos que gerem produção acadêmica a fim de pensar os erros e acertos profissionais.

Agregando a esse fator, as transformações das expressões sociais devido às urgências fomentadas pelo Estado, demandaram ao Serviço Social movimentações distintas nos seus espaços de atuação, contudo, as entraves pelas condições de trabalho cria um cabo de guerra pela ânsia de abordagens eficazes. Aos moldes da reestruturação do Capital, Yolanda Guerra (2010) salienta que o assistente social está duas vezes mais condicionado aos desdobramentos da precarização devido a sua condição de trabalhador e também como àquele que utiliza as políticas sociais públicas postas como alvos dos desmontes e das destruições dos direitos do trabalho e da proteção social. Complementando o argumento da autora, Marias e Nóbrega (2017) ao citar Raichelis e Sant'Ana (2017) enfatiza que um grande número dos assistentes sociais se inserem nas políticas públicas onde as destruições estão estampadas de maneira latente.

Ademais, os vínculos de trabalho proporcionam inseguranças no âmbito empregatício dos profissionais e reforçam a frágil autonomia relativa posta nos espaços de atuação.

Essa indagação se torna cada vez mais latente em espaços onde os espaços de discussões da categoria profissional se tornam cada vez mais distantes dos debates promovidos pela categoria. Ou, outrora, a realidade profissional dos territórios são postas com outras faces que demandam do Serviço Social respostas próprias para o enfrentamento das expressões da questão social naquele espaço.

Em contrapartida, não basta a profissão responder às violências do sistema apenas de modo particular aos espaços sócio-ocupacionais que se encontram inseridos. É necessário estar em contato com a perspectiva que endossa e sustenta um pensamento para compreender as estruturas que fundamentam e sustentam os espaços inseridos.

Diante do exposto, vemos o quanto é importante a crítica orientada por um pensamento de bases racionais e por valores universais, ainda que hoje isso signifique estar na contra corrente. Concordamos com Barroco (2009, p.215) quando afirma que “entre a sociedade do presente e a sociedade do futuro existe uma ponte que não se sustenta em ideias, mas na práxis social dos homens”. Deste modo e a partir dos pressupostos e compromisso profissional e social, não nos cabe ficar assistindo à barbárie de modo indiferente aos processos societários. (MATIAS; NÓBREGA, 2017, p.111).

Ainda que esteja-se em constante contato com indagações que proporcionem atribuições a prática profissional, reforça-se no Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993) a necessidade da continuidade da formação para garantir seus direitos e deveres contidos no Código que implicam diretamente a qualidade dos seus serviços frente articulação e gestão das políticas sociais. Aprimorar as ideias frente ao cotidiano é estruturar, projetar e fortalecer enfrentamentos para a superação das amarras que retiram a justiça social da realidade dos sujeitos.

Considerações Finais: O Serviço Social no Enfrentamento da Realidade Profissional

Sob a maré desafiadora para o Serviço Social nas transformações do trabalho profissional aqui descritas e as formas de enfrentamento trazidas à tona nas campanhas e debates das categorias representativas, o reflexo conservador ainda não é apenas uma breve memória no passado da profissão.

No ano anterior em que esse presente estudo foi realizado comemorou-se quarenta anos do Congresso da Virada que marcou a história do Serviço Social na abertura dos anos 80 e proporcionou fincar a teoria crítica no interior da profissão, assim como reconhecer estar inserido na classe de trabalhadores.

Na comemoração de quarenta anos do processo de suspensão do conservadorismo, ao décimo sexto CBAS coube instigar, promover e responder indagações dos assistentes sociais inseridos no cenário desafiador expressado por líderes de Estado que respondem diretamente aos interesses da classe dominante – caracterizada pela burguesia. Em contrapartida, a população contrária a essa classe dominante precisa se sentir representada por profissionais que estão dispostos a informar e mobilizar de mãos dadas aos movimentos sociais.

É necessário reconhecer que mesmo com quarenta anos do processo do processo de ruptura do Serviço Social, os resquícios da perspectiva conservadora abre um espaço para a revitalização do antigo com o aspecto de (neo)conservador. Como bem posto por Netto (1998), essa onde está disfarçada por máscaras com o aspecto da negação de uma sociedade de classes. Essa dissipação então ocorre principalmente pela ânsia dos antigos aspectos de casos, grupo e comunidade já vividos na profissão. Essa perspectiva norte-americana traz a idealização de uma profissão neutra que não discute as problemáticas sociais politicamente e que promove sua intervenção a partir de técnicas generalistas.

A perspectiva conservadora é uma peça que não cabe mais a uma profissão que tem em sua estrutura um Projeto Ético-Político formado a partir da resistência histórica da classe trabalhadora. Dessa maneira, ir contra ao Projeto Ético-Político do Serviço Social é negar a história de uma profissão que precisou de muita força para institucionalizar a sua existência e ter a sua importância reconhecida nos mais caóticos cenários sociais.

É necessário salientar aqui que não basta atentar o debate crítico apenas as produções ou responder indagações dos profissionais participativos a categoria profissional para que então as consequências dos debates sejam refletidas em seu cotidiano. Os desmontes do trabalho afetaram diretamente as relações dos assistentes sociais com os usuários, não somente aos que trazem problemáticas ao conselho, seja por sua aproximação ou pelo entendimento de referência como aqueles que podem responder coletivamente ou alimentar o retrato político do Serviço Social.

E para que essas respostas cheguem a categoria como um todo, ainda que exista os Núcleos de Base do CRESS no Rio de Janeiro (NUCRESS) com os objetivos de proporcionar uma aproximação com espaços distantes as sedes do Conselho, não exime dos profissionais que estão territorialmente distantes das promoções de campanhas e eventos pelo CFESS/CRESS, ou que não estão em constante contato com o exercício acadêmico, cair em armadilhas do cotidiano sem propriamente o acolhimento imediato do coletivo profissional.

Deve-se enfatizar que não é esquecido ou desconhecido que uma das formas de enfrentamento essencial para o Serviço Social são as discussões com a população usuária para a compreensão e apreensão de como os desmontes da contrarreforma afetam suas vidas, contudo, para as respostas serem pensadas à luz de uma teoria crítica, é necessário uma aproximação com o coletivo que também está inserido nessas diversas expressões da barbárie. É justamente pela discussão e troca de experiências que a profissão cria a sua força, é em espaços de constante debates e resoluções que historicamente o Serviço Social vêm refletindo o interior da sua profissão para estruturar juntamente com os seus usuários um projeto societário justo a todos.

Dessa maneira, é possível no cotidiano promover diálogos com os usuários para pensar sobre os tensionamentos da vida social que podem resultar no fortalecimento do enfrentamento dos desafios diante do denso cenário. E é justamente nesses espaços que a dimensão pedagógica do Serviço Social também é posta à prova, a fim de dialogar para além da sua categoria em si.

O caminho para aprimorar esse enfrentamento exige dos assistentes sociais não engessar o seu trabalho a partir de uma pequena área participativa de profissionais, cabe expandir seus debates para além do interior de uma profissão que atua em espaço sócio-ocupacionais com equipes multidisciplinares e também ir às

ruas com a classe trabalhadora, se pondo ativos nas lutas em diversas bandeiras de luta. Portanto, sem o reconhecimento da coletividade e o fortalecimento dos pares trabalhadores, a luta se torna solúvel aos ataques da classe dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas Sociais e Desafios da Classe Trabalhadora: Reafirmar o Projeto Profissional do Serviço Social Brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017

AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adrieli Volpato. *Vade Mécum: Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social*. 1.ed. Curitiba: Nova Práxis, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. 27 p. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 8. Nov. 2020.

_____. História ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>> Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: ABEPSS, 2016.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abri./jun. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>> Acesso em: 2. Ago. 2020.

BEHRING, Elaine. Política Social no Contexto da Crise Capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 301-322.

CARNELOSSI, Bruna. O Trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família: Desafios ao Código de Ética Profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

CARTAXO, Ana Maria Baima; MANFROI, Vania Maria; SANTOS, Maria Teresa dos. Formação Continuada: Implicações e Possibilidades no Exercício Profissional do Assistente Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/09.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social: Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta*. Brasília: CFESS, 2011. 188 p.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 87, jan./fev. 2016.

_____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 88, mar./abr. 2016

- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 89, mai./jun. 2016
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 90, jul./ago. 2016.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 91, set./out. 2016.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 92, nov./dez. 2016.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 93, jan./fev. 2017
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 94, mar./abr. 2017
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 95, mai./jun. 2017.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 96, jul./ago. 2017.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 97, set./out. 2017.
- _____. *Jornal Práxis - Especial*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 98-99, nov./fev. 2017.
- _____. *Jornal Práxis - 100*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 100, mar./abr. 2018.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 101, mai./dez. 2018.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano X, n. 102, jan./mar. 2019.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano X, n. 103, abr./mai. 2020.
- _____. *Jornal Práxis*. Rio de Janeiro, ano X, n. 104, jun./jul. 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do N. Resistência e Formação no Serviço Social: Ação Política das Entidades Organizativas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 161-178, jan./abr. 2019.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2010.

GUERRA, I. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das 16 condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade* 91. Especial: Projeto profissional e conjuntura. São Paulo: ano XXVI, n. 91, p.5-33, 2008. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-yolanda-201609151435188709510.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica*. 19.ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A Formação Acadêmico-Profissional em Serviço Social: Uma Experiência em Construção na América Latina. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 13-33, jan./abr. 2019.

LESSA, S. Serviço Social e Trabalho: Do que se Trata? Temporalis, Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

_____. Serviço Social e Trabalho: Porque o Serviço Social não é Trabalho. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/LivrosInstLukacs/SSTrab.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LUKÁCS. G. Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social: Questões de Princípios para uma Ontologia Hoje Tornada Possível. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl, 1818-1883. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros da. Nas Trincheiras da Contrarreforma do Estado Contemporâneo Brasileiro: Inflexões, Desafios e Possibilidades para o Serviço Social. In: SILVA, Alessandra Ximenes da et al. Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social: As Inflexões na Política de Saúde. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2017. p. 97-112. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Contrarreforma-Intelectuai-e-servic%25CC%25A7o-Socials.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. A Classe Trabalhadora: de Marx ao Nosso Tempo. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. 2.ed. São Paulo, Boitempo, 2009. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020

_____. Para além do capital: Rumo a uma Teoria de Transição. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social Brasileiro: Conquistas Históricas e Desafios na Atual Conjuntura. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

_____. Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ditadura e Serviço Social - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: Marcos Históricos Balizados nos Códigos de Ética da Profissão. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017

POLITIZE! Cortes na Educação em 2019: Medida Necessária ou Retrocesso?. Santa Catarina, 30.set.2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cortes-na-educacao-em-2019/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RAMOS, Sâmya R. A Importância entre ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O Pequeno Príncipe: Com Aquarelas do Autor. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1990

SANTOS, Josiane Soares. O Enfrentamento Conservador da “Questão Social” e Desafios para o Serviço Social no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.

UOL. Educação: Em 4 anos, Brasil Reduz Investimento em Educação em 56%; Cortes Continuam. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VALENCIA.M. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social: A Contribuição da Análise Histórico-crítica. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; RAICHELIS, Raquel. 40 anos da “Virada” do Serviço Social: História, Significados. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 407-415, set./dez. 2019.

APÉNDICE

APÊNDICE 1 – Roteiro norteador para análise das diferentes edições do Jornal Práxis, assim como as campanhas de gestão CRESS 7ª região/RJ:

- Qual a pertinência de cada campanha no momento histórico concreto?
- O que têm em comum nos jornais Práxis e o que tem mudado em formato e conteúdo com cada gestão?
- De que maneira o debate do editorial agrega à forma do trabalho profissional?
- O que se movimenta política e eticamente?